



Natanael Reis Bomfim

NOÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Em busca de um conceito didático em Geografia

A TERRITORIALIDADE

Editora da UESC

Editora da UESC

NOÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Em busca de um conceito didático em Geografia

A TERRITORIALIDADE



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ADEUM HILÁRIO SAUER - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR
ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS
MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente
Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro
Antônio Roberto da Paixão Ribeiro
Fernando Rios do Nascimento
Jaênes Miranda Alves
Jorge Octavio Alves Moreno
Lino Arnulfo Vieira Cintra
Lourival Pereira Junior
Maria Laura Oliveira Gomes
Maria Neusa de Oliveira
Marileide Santos Oliveira
Ricardo Matos Santana
Ronan Xavier Corrêa

Natanael Reis Bomfim

NOÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Em busca de um conceito didático em Geografia

A TERRITORIALIDADE

Ilhéus - Bahia
2009



Editora da UESC

©2009 by NATANAEL REIS BOMFIM

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Alencar Júnior

REVISÃO

Maria Luiza Nora

Aline Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B695 Bomfim, Natanael Reis.
Noção social de território : em busca de um conceito didático em geografia : a territorialidade / Natanael Reis Bomfim. - Ilhéus : Editus, 2009.
101p. : il.

Bibliografia.

ISBN : 978-85-7455-154-8

1. Territorialidade humana – Brasil. 2. Territorialidade humana – Canadá. 3. Brasil – Geografia. 4. Canadá – Geografia. I. Título.

CDD – 910.1301

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos - CRB5/533

APRESENTAÇÃO

Na exploração literária deste domínio sócio-espa-
cial rico em complexidade, e apesar da brevidade desta
análise, que incide sobre a temática territorial (enquanto
ocupação antropomórfica), o Prof. Natanael Reis convida
o leitor a partilhar os diferentes pontos de vista que serão
apresentados nas páginas seguintes. A palavra *território*
leva, ao mesmo tempo, a essa possibilidade de matizar as
propostas e de isolar uma variável particular do conjunto
de um território nacional. A introdução assinalará então
essa complexidade do tema em relação à pluridisciplina-
ridade nocional do território que, no conjunto, parece ser
tratada de maneira mais profunda pelos sociólogos, pelos
psicólogos, pelos urbanistas, pelos ecologistas e por mui-
tos outros especialistas ligados às ciências humanas. No
campo específico do *saber geográfico*, a transmissão te-
órica da noção de território é evidente, considerando-se
a essência espacial do tema analisado. Em contato com o
desenvolvimento regional durável, desejado ao longo do
mecanismo hegemônico da mundialização dos merca-
dos, da urbanização acelerada, depois dos anos 50, e de
seus efeitos de polarização, a defesa das paisagens, dos
ecossistemas e das identidades será abordada. No capítu-
lo 2, o autor tratará das diferentes interpretações da
ocupação do território no campo particular da geografia,
em Raffestin (1986); Raffestin e Turco (1984); Auriac e
Brunet (1986); Lacoste (1991); Savy e Veltz (1995); Fer-
rier (1984, 1998) e Levy (1999). Em seguida, no capítu-
lo 3, ele discute a evolução da idéia de espaço territorial
que transcende, progressivamente, a dimensão instru-
mental e quantitativa fundamentada na teoria de redes,
de fronteiras, de medidas, de limites. Essa argumenta-

ção favorecerá uma dimensão mais relacional, centrada, particularmente, nos lugares de pertencimento, na vida cotidiana, no vivido e na experiência, como descrito no capítulo 4. Os fatores psicossociais serão levantados, no capítulo 5, como essenciais à formação do pensamento territorial. O capítulo 6 desenvolve alguns pontos de vista teóricos maiores, a fim de qualificar o território, num esforço de integração, no quadro didático da geografia. As visões clássicas de territorialidade e as delimitações incidentes do território, pelas fronteiras (políticas, administrativas), impõem-se como restos históricos, em sua maioria, baseados nos processos de ocupação territorial, graças ao poder soberano do estado, da força guerreira, das forças econômicas ou do conjunto dos fatores precedentes. O caso do Brasil e do Canadá, no capítulo 7, esclarece uma estrutura monárquica e feudal liberal de territorialidade, que será fragmentada, vantajosamente, na maior parte das entidades espaciais do mundo, e servirá, freqüentemente, de pretexto para a dominação e ocupação no espaço outrora ocupado pelas primeiras nações.

A abordagem sócio-espacial vai nos levar subseqüentemente à necessidade de um discurso baseado na legitimidade das fronteiras, em função dos modos de viver (qualidade de vida, paisagem, sistema político, saúde, rendimentos), e também de uma tomada de consciência mais viva dos geógrafos, quanto ao seu papel social e educativo, no seio do desenvolvimento das comunidades marginalizadas. A exclusão, a segregação, a discriminação são características sociais com freqüência territorializadas, marcando assim diferenças de cor da pele, de religião, de rendimentos. Essa tendência regularizada e observada nas comunidades de reagrupar, sob o impacto da recusa da diferença, cria zonas sociais, protegidas

e homogêneas, sobretudo nos meios urbanos. Essa tendência é portadora de informações sobre o mecanismo complexo de divisão espacial dos territórios e não, necessariamente, representado nos mapas.

Professor Yvan Desbiens

Geógrafo do Departamento de Ciências Humanas
da Universidade do Quebec em Chicoutimi – Canadá.

PREFÁCIO

A contribuição do Professor Natanael Reis Bomfim é importante para a Geografia baiana e brasileira por várias razões que gostaria de destacar. A primeira delas diz respeito à proposta de discussão abrangente da noção de território, tema de grande relevância epistemológica e aplicada em que a Geografia tem uma secular tradição e que tem despertado grande interesse em nossos dias na sociedade como um todo. A segunda razão baseia-se no fato de que o autor dá um tratamento bastante didático à análise da temática, o que nem sempre é privilegiado em nosso meio. A terceira constatação refere-se, destacadamente, ao uso de uma excelente bibliografia, em geral pouco conhecida em nossos ambientes acadêmicos, a de língua francesa produzida no Canadá.

Assim, o livro discute, inicialmente, as questões da pluridisciplinaridade da noção de território e avança na perspectiva geopolítica e crítica. Os capítulos seguintes privilegiam algo importante, mas não muito aprofundado entre nós, a dimensão psicossocial do debate sobre o território, o que expressa uma relevante contribuição do autor. Finalmente, o livro compara o Canadá e o Brasil em suas distintas evoluções territoriais e conclui com textos sobre comunidades territoriais e instrumentalização.

Desta forma, o livro de Natanael Reis Bomfim será bastante útil para a comunidade de estudantes e professores de Geografia e de outras áreas do conhecimento interessadas no conhecimento do território.

Salvador, 13 de março de 2008

Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva

UFBa e UCSal

SUMÁRIO

1 NOÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	13
1.1 O território: um conjunto sociedade-terra	13
1.2 A integridade dos territórios: um tema da atualidade	16
1.3 O território: uma temática discutida	17
2 PERSPECTIVA PLURIDISCIPLINAR DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO	23
3 O TERRITÓRIO: DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO AO PENSAMENTO GEOGRÁFICO CRÍTICO	33
3.1 As quatro figuras territoriais simplificadas	37
3.2 O espaço social e vivido	39
4 A DIMENSÃO PSICOSSOCIAL DO TERRITÓRIO EM GEOGRAFIA	42
4.1 Uma visão social do território próximo	42
4.2 Espaço de vida	47
4.3 Mundialização	51
5 O TERRITÓRIO: UM SISTEMA SOCIAL DINÂMICO	54
5.1 O conceito de território geográfico	56
5.2 O espaço enriquecido.....	57
6 UMA VISÃO PSICOSSOCIAL NA INTERPRETAÇÃO DO TERRITÓRIO	62
6.1 O mapa mental	62
6.2 Territorialidade habitada	65
6.3 Além dos mapas clássicos.....	66
7 O PROGRESSO PERMEABILIZA AS FRONTEIRAS	74
7.1 Territorialização comparativa (Canadá-Brasil)	75
7.1.1 As primeiras nações.....	76
7.1.2 Os desafios territoriais	77
7.1.3 A contribuição das Bandeiras	80

7.1.4 A contribuição dos caçadores e dos mestiços para o Canadá	81
7.2 O Brasil às portas do equilíbrio social	84
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
8.1 Alguns princípios de formação de comunidades territoriais....	88
8.2 Território social como campo de exploração geográfica ...	89
8.3 Os instrumentos de recenseamento.....	90
8.4 Técnicas de grupos	90
8.5 Observações teóricas sobre a formação dos territórios	91
BIBLIOGRAFIA	94



Noção social de território

A atualidade do tema nos incitou a redigir este curto ensaio sobre a noção de território, explorando a aplicação e o aspecto pluridimensionais das regras territoriais, com o fim de trabalharmos seu emprego, com frequência, no âmbito da geografia e do desenvolvimento regional. Buscando os dados nas diferentes ciências humanas e no desenvolvimento regional, pudemos chegar a algumas interpretações suscetíveis de explicar a divisão e a mutação permanente dos territórios. Essa visão panorâmica de algumas regras territoriais, em harmonia com os escritos de alguns geógrafos, abre certamente caminhos inexplorados. Um geógrafo como Hervé Théry nos fala sobre a importância que há de se captar, no início, o processo de organização territorial, graças ao suporte limítrofe das ciências humanas e sociais.

1.1 O território: um conjunto sociedade-terra

O rótulo ou a palavra *território*, na falta de um critério associado, designa uma zona de ocupação terrestre, isto é, um conjunto cuja extensão varia do espaço zero ao espaço máximo constituinte do globo terrestre. Ele serve, então, para classificar e designar espaços terrestres particulares, referindo-se à partilha (*natural*) da terra. O termo só tem sentido quando lhe é associado um atributo qualquer como residencial, rural, urbano, e

isto numa descrição factual, cuja escala espacial e cronológica é constantemente variável. Num sentido mais alegórico (ou metafórico), qualquer um poderia afirmar que “o campo das ciências humanas ocupa um território vasto e extenso”. A presença (ou não) de um critério em particular vai formalizar (ou não) a natureza funcional do território, como o território *inculto ou cultivado*. O alcance (ou a extensão) semântico do termo *território* vai nos fornecer um potencial dinâmico de classificação operacional, geral e abrangente, no tratamento de dados, tanto quantitativos quanto aleatórios, em relação ao comportamento humano. Daí o interesse, neste estudo, de falarmos sobre espaço terrestre, segundo as distinções individuais e coletivas, em função dos processos e dos interesses psicossociais.

Um território sugere uma percepção espacial (ou pelo menos um proprietário), pois a boa terra nutriz é preciosa e rara, e tem um preço, sendo virtualmente cercada, supõe uma defesa em caso de invasão. O território implica uma extensão e um limite baseados numa apropriação forçada ou não (imaginada ou vivida), caracterizada tanto pelo espaço ocupado como por aquele que o ocupa. Nesta obra, o autor tenta demonstrar que o território psicossocial ultrapassa e transcende os limites tradicionais da cartografia clássica. Outras representações territoriais serão criadas numa abordagem multidisciplinar.

Essa realidade sistêmica, estruturada e estruturante, é necessariamente polissêmica, de acordo com as diferentes perspectivas disciplinares. O encolhimento virtual do planeta, devido ao progresso tecnológico (nos meios de transporte e, mais particularmente, pela explosão da telecomunicação), vai tentar difundir uma conscientização sobre as desigualdades territoriais. De fato, o paralelo entre a invenção da imprensa, no fim da

Idade Média, e sua influência na eclosão da Renascença demonstra os efeitos de uma informação eletrônica bem mais rápida (doravante acessível) nas casas mais distantes. Em comparação, a certeza de um estado de pobreza (ou de riqueza) vai acelerar o processo de emancipação ou vai provocar comportamentos diversos, seja para proteger, seja para atingir um modo de vida satisfatório. Indiretamente, as territorialidades são questionadas muito mais rapidamente, em razão de uma taxa de unanimidade mais elevada para mudanças. As mudanças desejadas terão também uma função de consenso com a tomada de decisão: a organização comunitária deve se dotar de agentes de promoção e de meios eficazes, a fim de atingir as mudanças desejadas.

Os recursos entre os mais desfavorecidos são escassos, provocando atitudes e comportamentos que vão do fatalismo à violência social. Para efeito de escala, esse progresso (tão interessante) vai aumentar excepcionalmente a diferença entre o pobre e o rico, a concentração do capital, criando, assim, novas monarquias de um novo gênero, que mantêm seus cidadãos na servidão da moeda e da hegemonia bancária. Essas mudanças rápidas pedem instrumentos de interpretação adaptados às necessidades, às épocas, aos locais. Então, analisar a territorialidade, sob um ângulo mais fluido e mais flutuante da espacialidade social, abre repertórios de investigação e de inovação que servirão melhor para descrever sistemas, criando uniões harmoniosas entre *a terra e as sociedades*, ou os territórios otimizados.

As aplicações das filosofias *ambientais* valorizam pistas interessantes numa visão de território profundamente fundamentada em aspirações humanas muito nobres. Segundo Moraes (p. 39), apoiando-se numa série de autores, há a necessidade de um conhecimento integrado

pela visão de um mundo complexo em seus componentes psicológicos, biológicos e humanos interativos; de fato, em todos os níveis, as transformações dinâmicas são continuamente instáveis, flutuantes, sinuosas. Os modos de pesquisa e os modelos de intervenção, equivalentes a essa complexidade móvel e variável, devem ser aplicados a fim de evitar uma simplificação por demais elementar.

1.2 A integridade dos territórios: um tema da atualidade

Nesses últimos anos, debates sociais e científicos levantaram a questão das regiões e das comunidades periféricas dos pólos urbanos maiores, empenhando opiniões mais claras de “território” e de “territorialidade” e favorecendo, indiretamente, uma reflexão sobre a progressão da globalização dos países e das nações. Por suas afinidades mundiais sobre o tema da organização territorial da imensidão brasileira (ou canadense), durante os anos 90, esses debates se justificaram, de um lado, por movimentos políticos e sociais ligados à ocupação, ao uso, à distribuição e à redistribuição dos territórios rurais e urbanos; de outro, pelo fenômeno da globalização e seu impacto sobre a economia nacional e regional.

Essas circunstâncias proporcionam um desafio de investigação interessante no despertar da consciência territorial (Mesquita, 1998), pois as práticas e os direitos sociais exigem um modo de percepção apurado de experimentação de raciocínio e de ação coordenada por parte das comunidades, num espaço e num momento crítico (migração, desemprego, pobreza). Observamos, assim, a emergência de novas “territorialidades” na origem de “novas” economias, de “novos” espaços de vida e mesmo

de “novas” solidariedades capazes de transformar radicalmente as concepções clássicas de regionalismo e de urbanismo. Dessas emergências (às vezes bem sucedidas), nascem o desejo de uma sociedade singular para valorizar sua identidade e controlar seu próprio desenvolvimento. Desse modo, todos os órgãos humanitários internacionais e todos os que dependem da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) procuram, cada vez mais, associar as comunidades a seu próprio desenvolvimento, a sua experiência. Sem a participação efetiva da comunidade, não há criação de emancipação social durável.

Esses debates, recaindo sobre os fundamentos de uma inteligibilidade do espaço das sociedades, imbricam de fato numa concepção territorial. Essa nova percepção de *territorialidade* se apresenta como um fator essencial ao discurso social e ao conceito de território, fazendo-se, assim, objeto de numerosas polêmicas no campo das ciências humanas. Particularmente no seio da geografia, a pergunta que se coloca é: qual a abordagem conceitual territorial tradicionalmente desenvolvida pelas ciências humanas? Quais postulados referenciais os geógrafos utilizam para olhar essa nova territorialidade? Com que preocupação didática e em que nível metodológico as regras territoriais sociais se aplicam, na verdade, nos setores de atividades da geografia contemporânea?

1.3 O território: uma temática discutida

Diversos colóquios aconteceram nos últimos dez anos. Os resultados das obras e dos artigos demonstram que os geógrafos nem sempre se compreendem no que se refere ao sentido a ser dado ao termo “território”. Quan-

do do 65º Congresso da Associação Franco-Canadense para a Melhoria das Ciências (ACFAS), em maio de 1977, a discussão sobre as propostas de abordagem do território foi retomada. Naquela ocasião, uma variedade de temas foi tratada, acentuando, respectivamente, o retorno do ator, a afirmação do “Eu”, as representações sociais, os lugares, a sociabilidade e a democracia participativa.

No Brasil, os conceitos de território e de *territorialidade* foram objeto de numerosas discussões em congressos, fóruns e colóquios de geografia. Assim, no plano regional, o V Congresso Baiano de Geografia, em 1997, tinha como meta refletir sobre o atraso sociopolítico do Nordeste brasileiro e as implicações, no processo de globalização, sobre o Movimento Sem Terra¹, a legitimação

¹ MST – movimento social organizado no Brasil que luta por terras agrícolas. Nos últimos dez anos, mais de 1000 pessoas foram mortas por causa dos conflitos de terra no Brasil. O Brasil tem a segunda pior distribuição da terra no mundo. Estima-se que 1% das propriedades rurais representam 47% de toda região agrícola, e 62% dessas grandes fazendas estão abandonadas. Ao mesmo tempo, 4,8 milhões de agricultores não têm acesso à terra. Em razão dessa contradição, o movimento trabalhador rural brasileiro (MST) é, hoje em dia, o maior movimento social na América Latina, já que esse movimento chamou o governo para legalizar o direito de propriedade para 150.000 famílias.

A hesitação do governo, em se conformar a essa legislação, forçou os trabalhadores rurais a instalar acampamentos nessas propriedades como uma possibilidade de negociação. Hoje, o movimento sustenta mais de 57.000 famílias, que ocuparam terras não cultivadas em 23 estados. Essas famílias vivem em cerca de 300 acampamentos, esperando que o governo lhes dê as escrituras. O movimento sustenta igualmente programas educativos e cooperativas. A fim de maximizar a produção, o MST criou 60 cooperativas de nutrição, como também pequenas indústrias agrícolas. De seu programa de instrução, participam 600 educadores que trabalham atualmente com 7.000 adultos e adolescentes. O movimento supervisiona também os regulamentos de 1.000 escolas primárias, nas quais trabalham 2.000 professores com cerca de 50.000 alunos.

da reforma agrária e a formação do profissional em geografia. Em escala nacional, o XI Congresso Nacional de Geógrafos, em 1998, reuniu diversos profissionais a fim de discutir os seguintes temas: territorialidade e o trabalho e suas implicações nos movimentos sociais no Brasil; os movimentos urbanos e rurais e suas implicações no ensino da geografia.

Em geral, os resultados desses encontros, no plano do pensamento geográfico, mostram um deslizamento semântico do conceito de território que abandona a dimensão mais instrumental de território *rede, medido, margeado, fronteira*, em favor de uma dimensão mais racional centrada em *lugares de pertencimento, em vida cotidiana*. Essas reflexões, no campo epistemológico, inspiram-se na geografia humanista e cultural, que utiliza o conceito de território acentuando a relação de afetividade que o indivíduo tem com o espaço construído a partir de suas experiências vividas (Tuan, 1983).

Observamos que esses debates em torno do território e da cidadania fazem parte das preocupações mundiais e isto em diversos níveis: educacionais, políticos, sociais e econômicos. Além disso, a palavra *território* é ainda um tema de reflexão no seio das ciências sociais, que a utilizam sem dó, no sentido específico de escala, de lugar no mundo, caracterizando um conjunto de objetos e lugares. Em compensação, dentro da geografia, buscando a *noção* e o *conceito* de território, a precisão semântica do termo *território* fica ainda sem uma real significação como sinônimo estrito e concreto de espaço ou de lugar.

O termo *território* continua como ponto de discussão nas ciências humanas e, em particular, na geografia, que procura defini-lo, que “não quer pensar o indivíduo como um sujeito autônomo” (Sénécal e Bouvier, 2001, p.

109). Essa constatação é corroborada por trabalhos de Berdoulay e Etrikin (1998, p. 113), quando estes falam dos estudos geográficos que partem da noção de território, observando que os indivíduos *parecem obedecer a lógicas determinadas não por eles mesmos, enquanto sujeitos, mas segundo critérios de otimização do poder ou do proveito.*

A esse respeito, parece que os geógrafos se recusam a dar ao ocupante o lugar que lhe pertence na construção do território, privilegiando paradigmas objetivos, concebidos como produtos de uma sociedade estritamente objetiva (Sénécal e Bouvier, 2001). É a partir dessas proposições que observamos que a dimensão objetiva do território negligencia a experiência do sujeito que o habita, desconfiando de sua subjetividade. Portanto, esse sujeito constrói seus territórios em relação a esses esquemas identitários e códigos de valores.

Nesta perspectiva, em uma economia globalizada, a tendência é dar ênfase às produções de cultura que ocupem uma dimensão que vai além das fronteiras territoriais (Bomfim, 2006). No contexto geográfico-econômico e social e diante dos processos de desenvolvimento em uma escala global, isto implica em priorizar cada vez mais a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e das regiões, bem como integrar socialmente unidades espaciais (Silva, 2006, p. 24).

A respeito das relações entre o território, sua representação e os fenômenos sociais, Veltz (1994) expressa três grandes idéias centrais que definiriam sua difícil representação socioestrutural:

- 1) o território está cada vez mais difícil de ser representado por grandes espaços geográficos (região, país...);
- 2) o território real está cada vez mais mal representado

pelos mapas geográficos; 3) o território real faz cada vez mais frente aos riscos do fenômeno de exclusão pela evolução das desigualdades sociais no mundo (p. 42).

Esclarecendo apenas a temática dos territórios na epistemologia da geografia, constatamos que existe uma complexidade semântica no fato de se tentar descrever uma problemática territorial considerada como multiforme e circunstancial. Essa complexidade funcional e estrutural do território é produzida por suas origens sociais e históricas, em função da taxa demográfica e da velhice. A civilização fragmenta os territórios. Basta compararmos os cadastros da Europa com os das Américas para observarmos que, com o tempo, a natureza dos territórios muda, pois eles, os territórios, tornam-se complexos. O território evolui como um sistema complexo em função do tipo de ocupação. O território seria, antes de tudo, um produto cultural e patrimonial, e suas fronteiras seriam sempre remarcadas, de acordo com o deslocamento de forças inerentes aos indivíduos e aos grupos. Os sistemas políticos e econômicos, utilizados para fins de controle (e administrativos), fixam pontual e artificialmente os limites do território, mas como o ocupante se desenvolve, tentando naturalmente organizar seu espaço vital, os limites se deslocam invariavelmente.

É bem mais interessante seguirmos o pensamento dos geógrafos a fim de aprofundarmos a questão. Não esqueçamos que discutimos duas interpretações que definem a noção de território: aquela essencialmente política, que faz referência ao estado (ou ao espaço) geopolítico, e aquela, naturalista (ou etologista), que faz referência ao espaço vital. Nessa perspectiva, quais são as opiniões aceitas pelos geógrafos para definir o território? Essa pergunta orientará as propostas seguintes, à

luz de diversas definições desenvolvidas por geógrafos, a respeito do território e de sua representação, fornecendo respostas capazes de guiar igualmente o leitor para uma noção de território mais significativa. Em suma, a fim de melhor compreender a evolução do conceito, é preciso levar a discussão para o interior da geografia política, da geografia crítica e da geografia humana para, em seguida, chegarmos à essência da realidade territorial como tal.



Perspectiva pluridisciplinar da noção de território

Numa perspectiva pluridisciplinar, diversos estudos das ciências humanas, associados à sociologia, à psicologia, à geografia, ao urbanismo, à economia, assim como a muitos outros campos do conhecimento, exploram a noção de território. Alguns autores lembram essa noção assinalando e representando a realidade geográfica e política (dimensão político-administrativa), assim como a forma de ocupação humana do espaço e do imaginário coletivo (psicossocial do espaço).

Segundo Barret *et al.* (2000), duas interpretações se sobressaem para explicar a origem desse conceito: a primeira vem do caráter político que define o território de um Estado – uma parte da superfície terrestre que é reconhecida no plano internacional. A partir desses autores, é possível postular *que não existe Estado sem território*, enquanto que *a palavra território não faz obrigatoriamente referência a um Estado* (p. 170). Podemos acrescentar os enunciados de Racault (1986), quando critica a noção de território utilizada em diversos trabalhos de sociologia, de geografia e das ciências políticas. Sua explicação atribui um “estatuto” a território, como o limite espacial de uma jurisdição, a área soberana de um Estado, a zona de domínio de uma espécie, de um grupo ou de um indivíduo.

A noção de território, decorrente dessas propostas, parece reunir a idéia bastante vaga de uma influência que se exerce num domínio circunscrito ao espaço. Para tal, de forma breve, buscaremos reavaliar as idéias sobre

territorialidade. Para Racault (1986), a territorialidade nasce da apropriação humana, *seja concreta, jurídica ou intelectual* de uma porção delimitada da extensão espacial. A esse respeito, Silva (2006, p. 28) chama a atenção para *as questões referentes à emergência de novas territorialidades que expressam coesão e solidariedade, diante dos processos de globalização*.

Blulier (1986) explica que um território político se reveste de um sentimento nacionalista e margeia uma fronteira. Assim, implicitamente, um estatuto político lhe é dado num sentido lato de autoridade soberana do Estado que se exerce sobre um povo. Salientando os enunciados de Balligand e Maquart (1990), que propõem uma noção de território a partir da idéia de estado nacional, das redes nos lugares cotidianos, o território se confirma, assim, como *o espaço que o sujeito explora, no qual ele vive e trabalha* (p. 17).

[...] o espaço é submetido com os territórios-mosaicos aos elementos do território rede. E como a soberania é exclusiva e sem partilha, esse território (rede) é estritamente cortado no espaço, fechado por uma fronteira nítida que o separa do exterior, do não-submetido (p. 31).

Segundo Beniamino e Roche (1986), no plano político-administrativo do espaço, o território é definido como:

[...] a afirmação de uma empresa humana sobre um espaço delimitado, explorado, inventariado, balizado de pontos de referência e de nomes, ordenado segundo os eixos que cortam os trajetos e as tarefas cotidianas, investida das polaridades espaciais que aí determinam a reparação dos lugares, da atividade e das projeções do imaginário (p. 73).

Percebe-se que Beniamino e Roche (1986) tentaram ultrapassar as propostas precedentes, quando se referem ao imaginário social, apelando indubitavelmente para a dimensão simbólica do território. Nas idéias dos autores parece se inserir uma polissemia, na medida em que a noção de território evidencia elementos políticos e cartesianos do espaço geográfico que podem ser mapeados facilmente, cujos poderes são transcritos pelos cartógrafos e pelos recenseadores. Como no mapa político do Canadá, ilustrando as províncias e os territórios, o território brasileiro, representado na figura 2.1, tem por finalidade, na visão do cartógrafo, realçar a dimensão territorial do país e acentuar as fronteiras com outros países da América do Sul.

Segundo o olhar dos cartógrafos, esses dados focalizam o Brasil como o maior país da América do Sul, ocupando cerca da metade da superfície total do continente.

Fig. 2.1 - O Brasil e suas fronteiras com os países da América do Sul



Fonte: Engel, J. M. As comissões brasileiras demarcadoras de limites, 2006.

O mapa político marca a cintura fronteiriça de numerosos países (10) que o cercam, ao contrário dos estados da América Central e da América do Norte que aparecem mais isolados em suas fronteiras. Na teoria, essa representação valoriza uma posição estratégica vantajosa. Na fronteira norte: a Venezuela, a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa; ao sul: o Uruguai; a oeste: a Argentina, o Paraguai, a Bolívia e o Peru; a nordeste: a Colômbia. Todos estes países têm economias vacilantes, não perceptíveis no mapa político.

A qualidade da vizinhança territorial exige uma releitura mais pragmática dos acontecimentos no terreno (ou nas representações mais apropriadas). Se bem que válidos, os mapas, apresentando as fronteiras nacionais e dos estados, dizem-nos pouco sobre a realidade dinâmica do Brasil. As entidades territoriais legítimas recortam as fronteiras, tanto nacionais quanto estaduais, em seu funcionamento essencial quanto ao fornecimento, à produção, ao crescimento, à sobrevivência. Pela leitura da obra *Pouvoir et territoire au Brésil*², de Hervé Théry, o Brasil é mais um *arquipélago* (sudeste, nordeste, o oeste pioneiro, a Amazônia) a ser consolidado por uma divisão mais justa de desenvolvimento. Por uma razão maior, com uma densidade demográfica mais fraca, as mesmas propostas poderiam se aplicar ao Canadá, de acordo com suas fronteiras nacionais e provinciais, apenas se ajustando parcialmente à realidade regional, e isto, apesar dos fatores de desigualdade sociais menos importantes do que no Brasil.

Seria desejável podermos mostrar mapas integrando os espaços das realidades psicossociais, o desenvolvi-

² Poder e território no Brasil.

mento de atlas regionais e de todas as outras dimensões (nacionais, internacionais), para analisarmos, mais formalmente, os riscos ecológicos, demográficos, econômicos, aos quais são submetidas as pequenas e as grandes comunidades, que espreitam o momento favorável para um equilíbrio crítico satisfatório, territórios que são produzidos socialmente pelos ocupantes (Frémont, 1984; Berque, 1990; Di Méo, 1998; Lévy, 1999). Sabemos que há espaços que são qualificados pelos cientistas como o espaço geográfico, o espaço social, o espaço urbano e o espaço rural.

Ora, se o território é uma produção social, podemos então pensar que a reconstrução desses espaços tem, em sua origem, o sentido que os sujeitos dão ao território em questão. Esses territórios têm limites bem fluidos e marcas de reivindicações inconscientes e afetivas difíceis de medir e, portanto, de representar. A fixação das zonas de ocupação legítima (ou não) apela para investigações, em grande parte, fora da autoridade soberana, estatal ou mesmo dos sistemas teóricos.

Essa asserção é corroborada pelas idéias de Eysseric e Leverbe (2000), quando explicam que, num mapa (*uma forma de representação do espaço real*), um lugar nada mais é que a intersecção de uma latitude e de uma longitude. É quase afirmar que, no espaço real (ou espaço vivido), o lugar é transformado pelos indivíduos através das práticas cotidianas. Imediatamente o território tornar-se-ia um produto social, logo que o indivíduo lhe atribuísse um valor, inscrevendo, no espaço de um lugar particular, seus próprios atributos materiais e sentimentais.

Dessas proposições, que mais adiante serão aprofundadas, é interessante assinalarmos as características *da estruturação intelectual da noção de espaço*, descritas a partir dos estudos clínicos de Piaget (1928), em *La re-*

*présentation du monde chez l'enfant*³, de Piaget e Inhelder (1948), *La représentation de l'espace chez l'enfant*⁴, que trazem informações sobre o nível de organização das estruturas intelectuais da representação topológica⁵ do espaço. Ela precederia geneticamente as representações projetivas e euclidianas no desenvolvimento cognitivo humano. Esse processo evidencia a estruturação da imagem mental do mundo real no interior do sujeito, o sujeito ele mesmo, acomodando e adaptando, sucessivamente, a imagem inicial da representação espacial do mundo exterior, recusando a idéia de espaço como substrato homogêneo acabado ou continente pedagógico adquirido como tal. O sujeito, por sua atividade, dar-se-ia progressivamente uma idéia pessoal (primitivamente subjetiva, egocêntrica) e satisfatória de seu entorno. Piaget insiste particularmente sobre o aspecto lógico-matemático dessa estruturação; quanto a Vygotsky (Rego C. T., 2001), ele próprio, em especial, insiste sobre a precedência do interacionismo social, a partir da linguagem (atividade altamente social) na formação do pensamento e da pessoa.

Essas propostas sustentam que os indivíduos têm a sua própria opinião sobre o espaço que ocupam, a partir de suas próprias experiências sociais e pessoais. O pensamento sobre o meio seria desenvolvido em interação num

³ A representação do mundo na criança.

⁴ A representação do espaço na criança.

⁵ Conceito que analisa a situação de posição, de continuidade, de limite no espaço. As noções de vizinhança e descontinuidade têm um papel maior na definição de espaço topológico pelo campo de força entre o atrativo e o repulsivo das relações entre si e os vizinhos que o entornam. É então reconhecido qualitativamente em relação à forma e à estrutura (Parazelli, 2002, p. 139).

quadro ambiental psicológico e social específico, ele é e se torna a extensão de um território de desenvolvimento. Em um exemplo, citado por Freire (2003, p. 83), perguntam a uma mulher pobre de São Francisco (Califórnia) sobre sua identidade: “A senhora é norte-americana, não”? Ela responde: “Não, eu sou pobre”. Ela associava intimamente a riqueza com a América do Norte, portanto não podia fazer parte desse espaço, excluída por sua pobreza. Se a pessoa é rica, poderia pretender inconscientemente o contrário, mesmo não morando nos Estados Unidos: “Eu sou norte-americana porque sou rica, sou branca, falo inglês etc...”. Poderia defender seu território, e qualquer ataque contra a hegemonia americana seria percebido como um atentado contra sua identidade pessoal.

As opiniões mundiais e regionais a esse respeito geram vínculos territoriais, mais imprevisíveis e mais poderosos que o traçado das fronteiras políticas e dos limites de jurisdições administrativas. Segundo essas reflexões, a dimensão topológica das representações espaciais está originalmente estruturada pelas relações sociais nos lugares (relação de posições, de vizinhança etc.) e, a partir de uma posição inicial, que transcende o espaço topográfico e o espaço métrico (distância, proximidade, relevo etc.). De fato, um sentimento de pertencimento se desenvolve e se localiza numa rede de lugares valorizados, de acordo com seu valor simbólico e seu potencial identitário (Parazelli, 2002). Os elementos dessa definição são retomados por Fischer (1992), quando afirma que:

[...] o território não existe em si {e} só tem uma realidade através daquele que aí se encontra e que lhe permite ser objeto de conhecimento. [...] pudemos definir um território como um campo topológico, isto é, o recorte de um espaço físico em zonas subjetivas delimitadas pela qualidade das relações estabelecidas com ele (p. 27).

Em resumo, tentando cingir o conceito de território, alguns evocam as referências de limites, de redes, de fluxo e de investimentos espaciais em relação às atividades e ao imaginário que compreendem suas numerosas noções de caracteres políticos e topológicos.

A segunda interpretação busca suas fontes nas ciências do comportamento das espécies animais em seu meio natural. Isso caracteriza a essência do pensamento naturalista ou etologista, reduzindo o território ao espaço vital salvaguardado pelos seres vivos, que fizeram dele sua propriedade exclusiva. Para melhor exemplificar a relação entre a etologia, a sociologia e a geografia, Di Méo (1998) explica que há:

[...] um elo entre o território etológico, produzido pelo comportamento agressivo dos animais, delimitando e defendendo seu meio, e o território das sociedades humanas resultante da partilha política do espaço geográfico. Melhor, a etologia nos permite compreender por qual maneira os princípios sociais da identidade e da alteridade se organizam no espaço, através do território (p. 42).

Aliás, como nesse autor, essa noção repousa na concepção mais primitiva de território, aquela *do espaço defendido por todo animal confrontado com a necessidade de se proteger, de assegurar a segurança de sua progeneração e de controlar os recursos indispensáveis a sua sobrevivência* (p. 42). Além disso, nos anos trinta, a ecologia urbana separou-se das teorias sociológicas da escola de Chicago (Blumer, 1969; Goffman, 1968; Becker, 1963), elaboradas para estudar comportamentos individuais e coletivos.

Diversos trabalhos, dentro da sociologia e da geografia urbana, evidenciam a noção de território e suas implicações em origens puramente etológicas, quando os cientistas sociais a utilizam no sentido de evidenciar o

comportamento humano num determinado lugar, a saber: a autoridade de fato dos traficantes nas favelas cariocas, falamos do território de uma gang.

Essa característica naturalista, apesar de tudo, levamos a refletir que não pode ser apenas questão de transferir espontaneamente, a exemplo dos ensinamentos e dos métodos de uma ciência da natureza, para o universo das ciências do homem e da sociedade. A nosso ver, isso coloca um problema, porque essa inferência arrisca a nos levar para uma espécie de darwinismo social em que o humano perde sua verdadeira natureza, sua capacidade de inventar, a cada instante, novas situações, sob o estímulo da cultura.

Todavia, no que se assemelha às propostas das ciências humanas, constatamos que a noção de território desemboca principalmente em duas vias. A primeira, essencialmente política, associa o território aos territórios geopolíticos, compreendidos como *a extensão que depende de um Império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição* (Di Méo, 1998, p. 42). Isto, apoiando-se no pensamento da geografia crítica moderna de Reclus (1998) – sempre refutada, que seja dito *en passant*, por alguns geógrafos – valorizando o estudo dos movimentos geopolíticos e geoestratégicos, que merecem mais a atenção de diversos autores, quando eles apresentam as estratégias imperialistas de maneira crítica e desmascaram, assim, o discurso ideológico que os recobre.

Essas propostas remetem a dois pontos importantes: o primeiro acentua a estratégia de ação no espaço, reiterada por Lacoste (1991), e a segunda repousa sobre a crítica do estado e dos termos que se opõem, como a autonomia e o estado, nos discursos que se propõem a analisar a produção e a apropriação do espaço.

A segunda via, de caráter naturalista, assinala a apropriação do espaço como território, acentuando a

fronteira com a ajuda de duas escalas, a do indivíduo e a do mundo. Essa noção não é facilmente definível na medida em que ela reflete os pressupostos históricos, ideológicos e culturais daqueles que a utilizam. É então possível que a noção de território possa ter diversas interpretações: espacial (cartográfica/demográfica), correspondendo a uma franja ou a um limite exterior; sociológica, constituindo uma sociedade particular; e antropológica, introduzindo os termos *rede*, *hierarquia*, *competição*, *adaptação* e *grupos*, entre outros.

De fato, na interface dessas duas maneiras de pensar, o caráter topológico se impõe pela dialética entre os indivíduos e o espaço social. Esse espaço é definido, por Alvarenga e Maltcheff (1980), como uma produção que implica todo um conjunto de práticas (ou de usos) e que atesta tanto a diversidade quanto as modalidades de organização da própria sociedade. Em suma, pela natureza dessa definição, observamos que o espaço territorial não exige necessariamente um estatuto imposto pelos cientistas para eclodir e se precisar.

Para concluirmos, constatamos que, na interpretação política ou naturalista, tal território é freqüentemente percebido sem uma extensão no sentido clássico, isto é, uma existência sem referência espacial necessária, a não ser aquela metafórica ou simbólica. Essa realidade existencial precede as origens puramente político-administrativas e etológicas do conceito de território, descobrindo nele um potencial heurístico que, de modo indutivo, evidencia mecanismos inerentes a um processo experimental de exploração, de questionamentos e de comunicação entre o sujeito e o vivido. Há aí um campo de estudo que os geógrafos devem ocupar, isto é, o aprofundamento das regras territoriais e o nascimento dos espaços especificamente comunitários.



O território: do pensamento geopolítico ao pensamento geográfico crítico

Durante muito tempo, trazendo a idéia de espaço vital de Ratzel, a noção de território em geografia política foi associada à emergência e ao nascimento dos estados nacionais. Na análise, o território, tanto quanto a população, são considerados como elementos do Estado em que as fronteiras nacionais delimitam o poder e a soberania do estado-nação. É certo que essa característica se aparenta à dimensão político-administrativa de território: de fato, essa filosofia vai se transformar a partir dos anos 80-90.

Visivelmente, esse retorno se exprime na literatura francesa⁶, latino-americana e, nitidamente, na literatura brasileira⁷, notamos escritos relativos ao conceito de território. Contudo, como afirma Mesquita (1999), o mais curioso é que a maior parte desses trabalhos utiliza interpretações diversas, às vezes controversas, sem referências explícitas a sua origem. Paralelamente, a palavra *território* se encontra nas mídias, aplicada num contexto contemporâneo, caracterizado por novos conflitos e tensões, o que contribui para darmos um olhar empírico sobre a dependência objetiva e sensível de um conceito ampliado em geografia política. O jornal *Métro (Montreal)*, de 28-30 de novembro de 2003, por exemplo: diz que:

⁶ Lacoste (1981, 1986); Raffestin (1986, 1988); Dupuy (1986, 1988); Barel (1986); Auriac e Brunet (1986).

⁷ Mesquita (1992); Santos *et al.* (1994); Mesquita e Brandão (1995).

[...] a construção do muro de segurança entre Israel e a Cisjordânia será acelerada. Foi o que indicou o primeiro ministro Ariel Sharon, ontem, acrescentando entretanto que era “evidente” a cessão de alguns territórios ocupados agora (p. 01).

A esse respeito, aqui estão algumas idéias tiradas de alguns autores sobre território. Parece-nos essencial apresentá-las para alargar e completar o discurso. Alvarenga e Maltcheff (1980) mencionam o território como um produto que implica todo um conjunto de práticas ou de usos. O território apresenta diversos modos de organização espacial da sociedade. Essa definição é retomada na formação do princípio de territorialidade na ótica da justiça social (Raffestin, 1981), da classe social (Reynaud, 1981) e do saber-pensar (Lacoste, 1981). Koninch (1984) acentua que a estratégia de ação no espaço é fator de desenvolvimento do conceito de território. Acrescenta que o espaço terrestre é dado, e que, em seguida, é produzido socialmente.

Bulier (1986), que não refuta essas proposições, acrescenta que sem dúvida o território político engloba a população (sem a qual não há Estado), citando o exemplo dos Estados Unidos. Deduzimos disso que, para este autor, o espírito nacional está intimamente ligado à idéia de nação, uma vez que é a vontade das populações de viver junto num território que forja uma identidade nacional. Além disso, Goutagny (1997) tenta precisar o conceito de Bulier (1986) quando define o território como a apropriação do espaço que se desenvolve em relação a duas escalas: a do indivíduo e a do mundo. Ainda acrescenta que toda dialética da fronteira compreende três elementos indispensáveis: o território, diversos povos (ou etnias) e suas interações no ambiente físico e humano. Para esses autores, o território, onde se desenrolam

as interações humanas, é analisado também pelas suas variáveis geográficas naturais como as temperaturas, as precipitações, os acidentes do relevo, a erosão dos solos, a vegetação, os minerais, a fauna e a flora.

Observamos que a interpretação de Goutagny (1997) se apóia na abordagem etológica, quando evidencia a predisposição do ambiente na coexistência de diferentes povos. Em comparação, a abordagem de Bulier (1986) é antes semelhante à abordagem política, assinalando como característica maior o sentimento nacionalista.

Analisando essas diversas opiniões, que marcarão uma evolução a partir do período dos anos 80 a 90, à luz da geografia crítica moderna de Reclus (1998), podemos constatar que esses autores dão a maior importância ao estudo dos movimentos geopolíticos e geoestratégicos, expondo todas as estratégias imperialistas de maneira crítica e desmascarando o discurso ideológico que as recobre. Assim, essa corrente considerou a sociedade como elemento motor da produção do território, diferente da abordagem geopolítica, que tentou demonstrar que o território é principalmente um produto das redes, dos circuitos, dos fluxos projetados pelos grupos sociais no espaço. Além do mais, o Estado nacional visa a uma perfeita construção política, devendo se superpor harmoniosamente à nação, delimitando as fronteiras e as relações com os outros povos.

Em relação aos últimos acontecimentos mundiais, notamos que o estado nação é um ideal dificilmente realizável. De fato, o conceito de fronteira não é facilmente definível, na medida em que reflete os pressupostos históricos, ideológicos, culturais daqueles que o utilizam. Por exemplo, na interpretação espacial, dentro da cartografia e da demografia, a fronteira corresponde a uma franja (ou a um limite exterior). Numa interpretação so-

ciológica, a fronteira circunda uma sociedade particular; na interpretação antropológica, o léxico da análise introduziu termos particulares como rede, hierarquia, competição, adaptação, grupos.

Atualmente, a geopolítica se preocupa, sobretudo, com as conseqüências do enfraquecimento dos Estados-nações diante do fracionamento interno, fracionamento este ligado aos fenômenos de descentralização, de regionalismo, de etnicidade ou de multiculturalismo e também à perda da soberania engendrada, entre outros, pela mundialização da economia. Assim, com o avanço das discussões sobre globalização, sob diferentes formas e contextos, inferiu-se que, com a redução da importância dos Estados-Nações e expansão das empresas e organizações transacionais, perdeu-se o significado atribuído ao imperialismo (Silva, 2003). Em resumo, hoje, essa disciplina se interessa essencialmente pela recomposição das relações internacionais, que podem causar esses transtornos, aos quais é preciso acrescentar o fim recente da bipolarização do mundo.

Do ponto de vista do desenvolvimento local e da economia em geral, o processo de mundialização econômico e financeiro valoriza os territórios de maneira diferencial, obrigando esses últimos a profundas adaptações para resistir à competição. O território é, então, considerado como uma fonte que o sentimento de pertencimento regional (local) pode contribuir para valorizar. O espaço econômico cessa de ser um simples suporte anônimo para o desenvolvimento de atividades econômicas e torna-se um espaço de identificação e de memória capaz de sustentar um projeto. A população não é somente uma *população economicamente ativa*, é uma sociedade civil organizada e territorializada, apta para selecionar seu próprio tipo de desenvolvimento.

3.1 As quatro figuras territoriais simplificadas

Nessa visão geográfica, Lajarge e Roux (2000) consideram que as recomposições territoriais são vistas como resultantes de um conjunto de tensões entre interpretações diferentes de território. Eles apresentam quatro percepções de território, de acordo com os grupos de intervenientes, dos quais podemos caracterizar as interpretações e demonstrar como o ideal simplificador **tensiona**, de um lado, o espaço político, e de outro, o espaço prático.

O primeiro grupo (aquele dos eleitos e dos técnicos), claramente delimitado numa base comunitária dotada de competências para a ação, é regido por um sistema de poder e animado por uma rede de atores parceiros. Assim, seus territórios englobam a função, a representação e a ação política. O segundo grupo recenseia os territórios marcados por um acesso privilegiado, para um grupo de agentes numa fonte específica (mineira, agrícola, paisagista, turística, ambiental). O recurso e seu modo de organização ocasionam uma territorialização para definir, defender e valorizar. Esse último grupo de parceiros acentua a concepção etológica e os autores acima observam que:

[...] esses territórios são aqueles da função econômica ou da razão ecológica, realçando pouco ou nada a parte da terra habitada. Um e outro são marcações posicionais; os territórios se enfrentam e estão sempre potencialmente em concorrência. Devem ser balizados e apropriados para existir, são reciprocamente definidos por sua capacidade de assegurar uma divisão eficaz do espaço (p. 1).

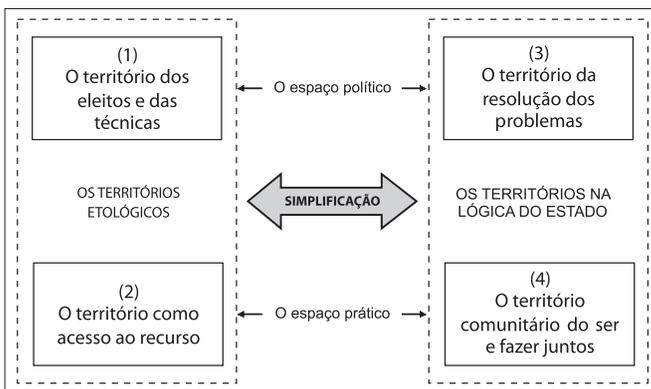
A terceira categoria territorial é aquela em que a formulação dos problemas coletivos se refere à emancipação social e a sua resolução, por meios de ação coletiva

específicos: mobilização, concordância, negociação. Por exemplo: a organização ou o equipamento (*organização rural, revitalização das zonas rurais, desenvolvimento local, dinamização dos bairros, criação de emprego*).

Finalmente, o quarto grupo se apóia na definição comunitária da relação estreita de toda sociedade a seu espaço. A dimensão identitária, a injunção de parceria e a necessidade de coesão interna lhe são assim primordiais. Esses territórios são aqueles em que a concepção de um *ser e fazer juntos* predomina sobre toda outra forma de solidariedade: o território aí é concebido como uma posição em comum entre atores com uma forte interação. Esses grupos estão representados na fig. 3.1. Eles se definem por sua capacidade de gerar um conhecimento macroscópico e eficaz do espaço.

Em resumo, a simplificação resulta de uma tensão entre territórios saídos da divisão (institucional, político e/ou etológico delimitados e defendidos [1] e [2]) e territórios cognitivos (feitos de empilhamentos sucessivos de territorialidades sempre recompostas, porque na bus-

Figura 3.1 - Territórios de projetos e atores



Fonte: A complexidade necessária. In: ENG Géophile, Journée d'études 27 abr 2000, Paris, Os territórios locais.

ca de uma coerência ideal [3] e [4]). Essa tensão origina uma diferenciação entre duas concepções arquetípicas do território; aquela do espaço político, cujos poder e competências dos eleitos implicam a resolução dos problemas e a segurança do *desenvolvimento* do território [1 em direção a 3]. Por fim, aquela *do espaço prático* que favorece a emergência de uma concepção simplificadora do território, deixando crer que o espaço da vida cotidiana poderia ser também aquele da identidade e da sociabilidade, onde valores comuns poderiam ser partilhados, e identidades locais poderiam se expressar [2 a 4].

À guisa de síntese, as concepções desses autores referem-se a duas explicações (a política e a etológica), para tentar ultrapassar o conceito de território para uma abordagem mais humanista. A estratégia de base desenvolve de maneira intuitiva o potencial heurístico, de exploração, de questionamento e de comunicação entre o sujeito e seu espaço vivido.

É nessa dependência de identidade regional, de imagem específica, que os atores de uma região forjam a si próprios e tomam lugar, respectivamente, em seu território.

3.2 O espaço social e vivido

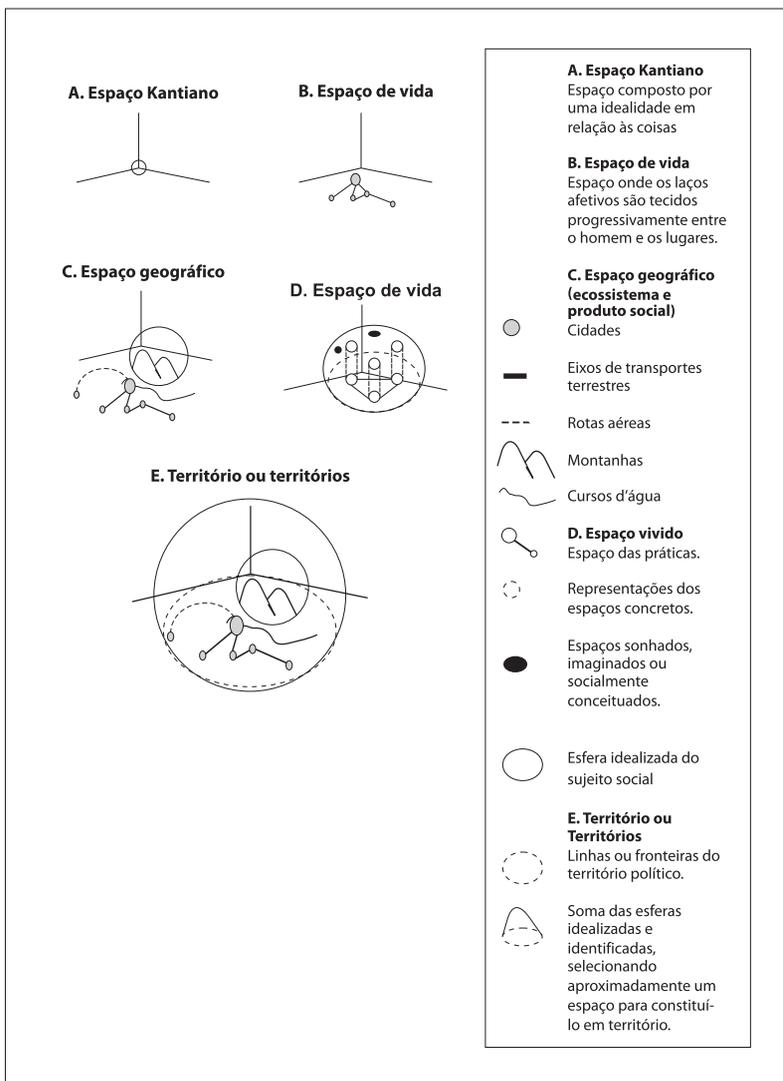
A fim de refinarmos um conceito de território nessa abordagem, é necessário precisar o espaço social, o espaço vivido. Nessa perspectiva, nós nos referimos a Di Méo (1988), *Géographie sociale et territoire*⁸. Colocando a relação entre o espaço e a sociedade, Habermas (1987) lembra,

⁸ Geografia social e território.

na teoria do agir comunicacional, o espaço e a sociedade rica como três componentes associados: o mundo objetivo composto pelo conjunto de elementos concretos e materiais; o mundo social e seu conjunto de relações interpessoais fundadas nas regras legítimas, e o mundo subjetivo formado de acontecimentos vividos (ver fig. 3.2).

Esses mundos sociais e subjetivos se assemelham fortemente, de um lado, ao espaço representado, isto é, a um espaço percebido e representado pelo sujeito através de imagens, opiniões, atitudes. E, de outro, ao espaço vivido que, segundo Di Méo (1998), tratar-se-ia *do conjunto das estruturas, flexíveis e instáveis, tanto sociais quanto espaciais, que ligam o indivíduo a seu meio territorial* (p. 21). De fato, o espaço social qualifica lugares da biosfera tecidos pelas relações sociais e espaciais. O espaço vivido exprime a relação existencial (subjetiva) do indivíduo, de suas práticas, de suas representações e de seus imaginários ambientais. Deduzimos dessas propostas que o território é a reconstrução de diferentes espaços, sociais e existenciais. Esses grupos sociais estariam descritos no espaço geográfico, traduzindo um modo de recorte e de controle do espaço em que se manifestariam formas materiais, de natureza freqüentemente simbólica, e um pertencimento identitário nesse espaço.

Figura 3.2 - Do espaço kantiano ao território



Fonte: Géographie sociale du territoire (Di Méo, 1998; p.34), adaptado pelo autor.



A dimensão psicossocial do território em geografia

4.1 Uma visão social do território próximo

Esta abordagem da formação da pessoa, enquanto agente operatório (e condicionado por seu ambiente) encoraja uma mediatização geográfica adaptada, baseada em trabalhos filosóficos, epistemológicos e psicológicos, analisando a apreensão do espaço ambiente através dos referentes sociais e materiais necessários à estruturação e à construção identitárias (Portéus, 1917; Kohs, 1923 e Thurstone, 1938). Nesse caso, J. Piaget (1948), no quadro de sua teoria do pensamento operatório da inteligência, propôs um modelo ligando *estruturação do espaço e construção identitária e intelectual* na criança. Segundo essa perspectiva, ao mesmo tempo epistemológica e genética, a construção identitária se estrutura intimamente ligada ao desenvolvimento cognitivo e intelectual do indivíduo.

A abordagem psicanalítica é diferente, uma vez que apreende preferencialmente os elos existentes entre desenvolvimento físico e construção do sujeito. Assim, as experiências afetivas e espaciais da infância marcam a identidade do indivíduo deixando, no seu psiquismo, traços suscetíveis de influir no seu comportamento e na percepção do mundo que o circunda (Schilder, 1947; Wnnicot, 1975; Anzieu, 1985). Os psicólogos do desenvolvimento e psicanalistas concordam em considerar o espaço ambiental (objetos e pessoas) como um sistema interacional, no qual os elementos (objetos e pessoas) interagem entre eles. Os indivíduos que o ocupam impreg-

nam-se singularmente das características do território, como impregnam, com seus usos e costumes, esse mesmo território. Esse espaço torna-se um produto psíquico e/ou humano. As informações se inscrevem ao mesmo tempo nas memórias individuais e coletivas dos objetos e das pessoas. É assim que a construção identitária se opera pelo jogo das relações dinâmicas entre o indivíduo e o ambiente, entre o sujeito e seu território (Rioux, 1997). O sistema territorial ambiente (os arredores, o ecossistema próximo) encerra ingredientes vitais para a formação e *operacionalização* da personalidade. O espírito humano, a partir de suas faculdades e experiências sensoriais, formais e afetivas, constrói *virtualmente* um modo vida adaptado. Isto significa dizer que a partir das informações que o sujeito percebe do território próximo, ele pode imaginar um território longínquo ou futuro.

Esse mecanismo histórico existencial de estruturação, por grau de desenvolvimento e por regulação, atrai comportamentos que se inscrevem num espaço. Essa ação associada a esse espaço origina o território social. Os indivíduos se acomodam (mitos, fatalismo, lendas, preconceitos) com os problemas, que parecem insolúveis, controlando habilmente seu meio com técnicas e saberes segundo suas fantasias e suas necessidades. O urbanista Fijalkow, citando Durkheim, afirma que: “não é a terra que explica o homem, mas o homem que explica a terra” (Année sociologique, III, 1900, p. 557). O homem explica e dá uma resposta a tudo, mesmo se já teve de defender (ardentemente e isso numa visão egocêntrica) o sol que gira em torno de uma terra plataforma. Às vésperas da brusca recessão de 1929, os economistas demonstravam uma confiança absoluta no futuro do mercado da bolsa. Aliado ao progresso das telecomunicações, não seria preciso subestimar o imaginário humano ocupado em se livrar das carências do ter-

ritório próximo. Qual é a imagem de casa mais interessante, a da cabana de tábuas ou da cidade luxuosa das mídias? Sim, uma morada é indispensável, ainda que ela não tenha freqüentemente nem porta, nem janela, nem instalação elétrica, nem água potável; seu valor é irrisório. A comparação se inscreve no espírito do pobre; o conceito de pobreza e de exclusão só tem valor quando aparece nos livros, na informação, nas mídias etc. Apesar da necessidade e da insuficiência de sua casa, ela se torna uma testemunha, lembrando-lhe sua pobreza. A imagem de casa luxuosa sugere uma diferença cultural, às vezes, invencível, e, talvez, insuportável. Com o progresso (*rádio, televisão, Internet*), o território *longínquo (o resto do planeta)*, mesmo para a criança, torna-se uma transferência cognitiva que merece uma interpretação pedagógica.

A fim de exemplificar, tomemos um caso explorando fotografias regionais franco-suíças, tiradas por Hélène Perosceci (2001), no momento do projeto de construção da estrada RN19. Esse caso demonstra a relação entre o sujeito e o território atual numa visão do desenvolvimento regional. Para a autora, o que parece importante assinalar é a dificuldade dos atores locais em definir, de forma consensual, a identidade atual do território no presente (e no futuro), como se alguma coisa já lhes tivesse escapado, enquanto que, por natureza, os territórios humanizados evoluem permanentemente. Assim, através das fotografias e questionamentos, ela nos leva a fazer uma reflexão sobre a relação entre a apropriação do território e o patrimônio natural e cultural.

Vejamos: apressamo-nos para fazer evoluir nossa visão global do território, avaliando as mudanças que se operam? Por que a tentativa de diagnósticos de território não contribuiu para unir os atores em torno de uma visão partilhada do presente, das forças e das fraquezas e das perspec-

tivas de futuro? Temos reunido todos os atores na questão do olhar voltado para o território? Mais particularmente, na organização, valorização e identidade do território, as questões são colocadas e ilustradas pelas seguintes fotografias: As organizações previstas, no plano da passagem da nova estrada RN19 (o eixo RN19 - Transjurassiano vai de fato da Bacia Parisiense à Suíça), vão ocasionar, de novo, o interesse sobre esses espaços que podem ilustrar a diversidade dos meios e das paisagens? como na fotografia 4.1

Foto 4.1 - Uma visão social do território próximo: às margens do Rio Allaine



Na fotografia 4.2, guardaremos, a partir da nova estrada, os cones de visão dessa trama paisagística que se sucede, paralelamente, às plantações de árvores e de arbustos e das parcelas agrícolas?

Como conciliarmos a valorização desse patrimônio com as esperanças dos habitantes no que diz respeito ao plano de vida e de animação da sua cidadezinha? (Ver foto 4.3).

Finalmente, por que não relatarmos a história do lugar, através da árvore testemunha, já que sua idade supõe que seguiu a história do vilarejo? (foto 4.4).

Foto 4.2 - Vista das Colinas que dominam a RN19: imagem campestre de uma espaço gerado e mantido pela atividade agrícola



Foto 4.3 - Grandvillars: como traço de sua identidade artesanal, um sítio abandonado, no centro da cidadezinha, lugar de descoberta histórica



Foto 4.4 - A sequóia de Grandvillars



Entretanto, para respondermos a essas questões, parece-nos ser necessário olhar o território como uma construção social, e precisamos dar a palavra aos sujeitos que sofreram esse progresso para sabermos como integrá-lo, a partir da experiência deles, no espaço vivido por eles. Significa dizer que comunidades locais respondem com representações simbólicas peculiares como alternativa à uniformidade apregoada pelo neoliberalismo. Assim, o patrimônio surge como uma construção da modernidade, um artifício criado no sentido do fortalecimento de uma pertença a um mesmo espaço simbólico, atribuindo uma transcendência a determinados símbolos culturais que atestam o caráter singular de uma determinada comunidade (Bomfim, 2005).

4.2 Espaço de vida

Alguns geógrafos abordam em seus estudos de geografia humanística a noção de *espaço vivido*⁹, que considera os fenômenos físicos, fisiológicos e psicológicos como indissociáveis. As obras de Frémont (1976), *La région, espace vécu*¹⁰, e de Frémont, Hérin, Chevalier e Renard (1984), *Géographie sociale*¹¹, são exemplos eloqüentes. Esses estudos tentam construir um tipo de triângulo entre a psicologia (*espaço percebido e imagi-*

⁹ Essa expressão encerra simultaneamente as expressões “o espaço representado” e “o espaço de vida”. Ela pode e será aqui substituída pela de “território”, pois esta explícito que os homens vivem os lugares na heterogeneidade e na descontinuidade de múltiplos fatores (Gumuchian, 1989, p. 31).

¹⁰ A região, espaço vivido.

¹¹ Geografia social.

nado), a sociologia (*espaço comunitário*) e as ciências políticas (*espaço concebido*). Esse relacionamento permite a integração da percepção dos caracteres objetivos de estruturação face aos fatores subjetivos e instáveis dos fenômenos naturais, culturais e sociais. A esse respeito, Gumuchian (1989) explica que a noção de espaço vivido:

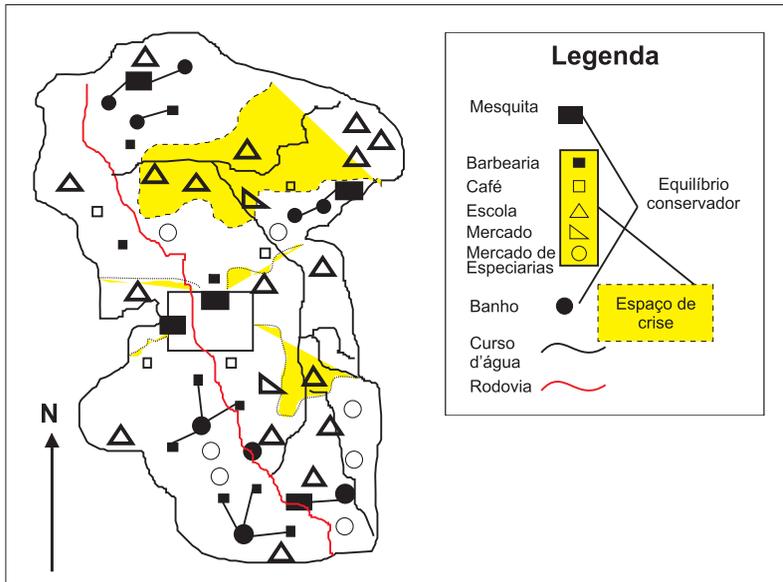
[...] ocasionou durante uma década toda uma série de pesquisas e de publicações. Aos trabalhos dos geógrafos da equipe de Caen com Armand Frémont, é preciso acrescentar aqueles conduzidos pela iniciativa e sob o impulso de Michel Jean Bertrand e Alain Metton. De fato, essa noção engloba simultaneamente o espaço representado e o espaço de vida. É nessa acepção que ela deve ser compreendida. Ela leva assim efetivamente em conta o que diz respeito aos elos afetivos tecidos progressivamente entre os homens e os lugares e os lugares deles (p. 35).

Contrários à corrente precedente, esses pesquisadores se interessam, sobretudo, pelos grupos sociais e pela maneira pela qual estes partilham o espaço em relação às características culturais (sentimentos de pertencimento, atitudes e comportamentos particulares etc.). Nessa citação, o espaço vivido pode ser também o espaço de vida e pode se tornar um território, traduzido pelo que Gumuchian (1989) chama de *lugares ideológicos*.

Trata-se de lugares suficientemente portadores de sentido para terem um papel central: permitem aos indivíduos e aos grupos organizar seu espaço de vida de maneira coerente e legível para cada um deles. Esses lugares ideológicos desenvolvidos são múltiplos: a escola, o templo ou a igreja, a usina ou o escritório, o mercado ou a quadra de esporte, a casa ou o apartamento... (p. 32).

Para aplicar a definição de lugares ideológicos, propomos diversas representações de lugares de vida no espaço ideológico de Tunis (fig. 4.1).

Fig. 4.1 - Espaço ideológico (Paul Lowy, 1978)



Fonte: Frémont et al. (1984, p.174). Géographie Sociale, Paris. (Adaptado pelo autor).

Essas representações foram classificadas, por Paul Lowy (1978), como lugares:

- de produção (ateliês de ferreiros e cinzeladores de cobre);
- de *habitat* (casas familiares fechadas com quintais e escondidas atrás de entradas discretas);
- de troca (as ruas, as praças, os pequenos cafés em torno das mesquitas);

- de poder (as mesquitas quase no centro);
- os lugares de comércio;
- de jogo (os cabeleireiros e os cafés onde se encontram os homens, os banhos mouros onde se reúnem freqüentemente as mulheres).

No que diz respeito ao espaço ideológico, à ligação dos homens, aos lugares de sua vida cotidiana, nada mais existe para ser demonstrado. Exprime-se em todos níveis da hierarquia do espaço: a casa, os ateliês, os locais de poder e de crise etc.

Assim, Gumuchian (1989) retoma a reformulação de Yves Barel (1989), a fim de afirmar que o território é “do espaço-tempo, não do espaço sozinho [...]. O território é sempre alguma parte entre a realidade e sua representação, real, e igualmente, imaginária” (p. 35). É assim que, segundo Frémont (1978):

[...] todos os atos da vida, particularmente aqueles que se repetem, participam de algumas localizações de formas, de signos, de valores, de representações e, conseqüentemente, criam lugares (p. 109).

Observamos que, em relação à realidade e a sua representação, esses autores consideram o território como um lugar de *habitat*, de trabalho, de lazer etc. Isto significa uma combinação de elementos econômicos, ecológicos, sociológicos e demográficos num espaço reduzido. O território (como lugar) é visualizado como uma forma que se integra à paisagem local e regional.

Di Méo (1998) e Beque (1990) tentam valorizar esse conceito, sugerindo que o território é um espaço enriquecido pelo sentido que as sociedades lhe conferem por suas práticas. Essas práticas são constituídas de gestos

cotidianos nos lugares de trabalho, de repouso, de lazer, de comércio, e elas são identificadas por diversos autores como *práticas sociais e espaciais*. Nessa perspectiva, o termo *território* concorda com os sujeitos primordialmente sociais, e sua lógica pessoal, a seu espaço de vida, tecido de relações íntimas, reais (ou imaginárias), com os lugares.

Para Bédard (2003), o conceito de território torna-se uma paisagem, porque representa uma unidade de sentido, que participa da identidade de uma comunidade dada de um território, ocupando-o. Para o autor, a paisagem torna-se emblemática da existência e da essência de uma comunidade. Quanto mais a afirmação da identidade territorial e paisagística do indivíduo se afirma, mais ele é capaz de fazer a propaganda de sua região, de atrair pessoas do exterior, industriais e turistas. Conhecendo melhor, valorizamos mais; e essa paixão das pessoas pelo território e pela paisagem é um fenômeno recente. O multiculturalismo, a mundialização e a uniformização da arquitetura são os principais fatores que têm levado os indivíduos a querer revalorizar seu território.

4.3 Mundialização

Referindo-se mais particularmente ao termo *mundialização* e sua associação ao território, Hiernaux-Nicolas (2001) afirma que alguns o utilizam como argumento, ou para *sair de uma crise mundial cujas manifestações mais gritantes são as do desemprego estrutural e da pobreza crescente* (p. 43), ou como emissário de todas as contradições sociais e econômicas no centro das economias avançadas ou subdesenvolvidas. Assim, o autor explica que não há, portanto, um sentido único e universal

para o termo *mundialização*, pois trata-se de processos diversos quanto à envergadura, aos efeitos e também à ancoragem territorial, que são diferentes, em cada caso, em diversos graus. E ele menciona:

Seria então mais justo falar de “mundializações” ou de uma mundialização plural, o que evitaria cometer o erro de assimilar os processos em curso na Índia, por exemplo, aos observados no Canadá ou no México. Este último é um parceiro cada vez mais importante da economia canadense, à qual está ligado por elos cada vez mais complexos e diversificados que vão do comércio exterior à educação, à pesquisa ou mesmo à formação de redes opostas à mundialização (p. 44).

Dessa forma, ele acentua a dimensão territorial da mundialização, definindo-a como:

[...] um processo de redistribuição das principais funções econômicas, culturais e políticas no mundo, uma “nova distribuição”, que se apóia nas mutações tecnológicas radicais, fundamento do que chamamos hoje a “nova economia”, e que impõe transformações substanciais dentro dos territórios em diversas escalas, mas também nas relações entre eles (p. 44).

Com essa opinião, Hiernaux-Nicolas (2001) retoma Reclus e diz que o mundo não é essa sociedade fragmentada que nos oferecem as mídias, pois “Reclus tinha construído, há mais de 100 anos, uma visão global do mundo, capaz de reconhecer nele a diversidade sem apesar disso perder sua integração” (p. 57). De fato, o termo território adquire seu caráter em suas formas de funcionamento cotidiano, local, a fim de nele compreendermos a mundialização (ou sua ausência).

Nesse sentido, o papel do indivíduo tem lugar, isto

é, a mundialização e o território são processos de construção e de combate pelos homens; por exemplo, os movimentos sociais de Seattle, Davos, Nice e Porto Alegre. Para compreendermos a mundialização relativa ao território, é preciso apreender as pequenas ações cotidianas dos empresários, dos políticos e dos habitantes do planeta em geral (Hiernaux-Nicolas, 2001).

Isto nos leva a pensar que o termo *território*, assim interpretado, é importante, pois ele é o espaço de vida e o espaço percebido onde se associam prática e representação. O território é o espaço vivido, o espaço de vida e os espaços percebidos, presentes nas representações construídas pelos sujeitos, constituindo uma matriz de existência social, uma mediação entre suas experiências vividas e suas representações.

Essa idéia assinala o território como uma representação social do espaço, traduzido em imagens e em palavras perceptíveis, expondo valores e significações reatadas a um lugar identificado. Essa noção de território se insere numa abordagem estruturalista em que a imagem do mundo já está inscrita na arquitetura do espírito, segundo Lévi-Strauss (1964). Isto, a partir da confrontação da realidade, é que responde às mais antigas interrogações humanas de Platão do *você se conhece a si mesmo*. E o trabalho intelectual, graças à alquimia do aparelho psíquico individual, imerso e *informado* pelo corpo social, ele próprio informado e estruturado pela ordem simbólica, envolvido na ordem do mundo, apenas encontra todo seu sentido se recoloca o homem no mundo.



O território: um sistema social dinâmico

Neste conjunto (**Ordem do mundo real ↔ simbólico ↔ social ↔ indivíduo ↔ Estado**), o território traria também o segredo das origens do homem, das origens do espírito, as formas inscritas nos lugares, as obras e as ruínas (frutos do trabalho das sociedades precedentes), os lugares e as palavras, os lugares-ditos, as sobrevivências transmitidas pelas línguas e pelas tradições, tudo o que encerram os textos antigos e seus mitos e demonstram a sistemática do território. Todas essas heranças estão ainda para ser recolocadas em ordem, numa totalidade que, dando conta do território, dá conta das origens das sociedades e das culturas e de sua continuidade, que se organizam, finalmente, em torno da vida dos símbolos e dos temas ideológicos fundamentais. Isto nos permite pensar o território como um sistema de signos reveladores da relação natureza/cultura que comanda a lógica do mundo.

Nessas condições, para apreendermos tal conceito de território e de representações, é preciso ficar à escuta dos atores e levar em conta suas práticas de socialização. É preciso também considerar, *a priori*, que toda representação social é, dentro dela mesma, social, porque não existe nenhuma sociedade sem espaço, nem ao contrário (Parazelli, 1997). Trata-se de descobrir a estrutura identificadora da relação entre os indivíduos e seu meio de vida, através do sistema simbólico sociocultural. Considerando as problemáticas sociais, o território vivido torna-se, então, cada vez mais, uma chave para a compreensão e a explicação das realidades e das identidades

sócio-espaciais. Esse discurso evidencia as significações sócio-simbólicas que estruturam as relações sociais, topológicas, estéticas, afetivas e políticas, entre os sujeitos e seu território.

Em suma, o espaço “real” do território está repleto de *práticas reais*¹², inseridas num largo campo de ordem espacial, temporal, interpessoal e de atividades exercidas pelas pessoas na sua vida cotidiana. Há territórios de puras concreções do tempo: uma cultura, um passado a partilhar, uma memória coletiva. Nessa perspectiva, o território é concebido como um *continuum* entre o “real” e a representação do “real”, que se insere num tempo e num espaço. Aliás, os termos - *imaginário, valor, percepção* - nos remetem à dimensão simbólica das representações (as imagens, os símbolos) às significações que os sujeitos dão ao espaço, aos lugares, ao território. Esses signos revelam como a relação (entre as representações sociais e as representações espaciais) se articula sistematicamente.

Além disso, podemos supor que o território¹³, ou o espaço *real*, compõe-se, de um lado, das práticas *reais* ou *efetivas*, inseridas nas dimensões (espacial, temporal, interpessoal e de atividade) e, de outro, das representações *mentais* dessas práticas (ou o vivido das práticas). Esse conjunto binário se constrói num *continuum* entre o *real* (pólo objetivo) e a representação do *real* (pólo subjetivo), a partir das práticas sociais investidas no espaço de cada sujeito, evidenciando uma relação que integra o perceptivo e o simbólico. Essa relação estrutura e pro-

¹² “É preciso considerar que as representações são práticas ‘mentais’, é por isso que o termo práticas reais é utilizado aqui” (Dienot, 1985, p. 192).

¹³ É necessário assinalar que o território engloba o espaço de vida.

duz representações sociais do espaço, definindo-se como atos de investimento e de interpretação, que mediatizam a relação entre o sujeito e seu território (espaço de vida), projetando, assim, múltiplas imagens de um espaço representado. Essas imagens chamadas, por nós, de *imagens representacionais*, revelam uma certa realidade social (através dos modos de relação e de identificação dos sujeitos num espaço dado). Enfim, elas trazem diversos elementos que se inserem no conjunto estruturado das dimensões simbólicas, sociais, afetivas e estéticas.

5.1 O conceito de território geográfico

A partir das propostas anteriores, parece-nos que, entre os geógrafos, o termo *território* é interpretado diferentemente, seja pelo uso, seja pela intenção daquele que o emprega. O termo *território* assume diversas formas, de acordo com a perspectiva privilegiada: *território, lugar, meio, região*. Essa tendência versátil da terminologia exprime a preocupação crescente dos geógrafos em enriquecer a dimensão subjetiva do espaço, isto é, da força das identidades, das ações em palavras e das representações em atos. Novo campo de crença, novo dado de medida, a palavra *território*, para alguns geógrafos, é como um vocábulo transicional para a geografia, para o campo das ciências sociais. Assim, o território designaria hoje, cada vez mais, uma categoria de espaço de laboratório a ser imaginado. Esse novo espaço, já submetido à medida tridimensional e exaustiva, e mesmo uniforme, no caso dos territórios euclidianos, vai se enriquecer dos critérios das redes instáveis, descontínuas e lacunares.

Foi assim que o trabalho sobre os limites evoluiu, calcado sobre o modelo de “país”, ao mesmo tempo, pe-

quena região e Estado-Nação com suas fronteiras livres. Desse modo, o território se enriquece com o exame de diferentes formas fluidas (*variações, margens, desenvolvimentos, horizontes, dependências*), com a passagem de uma situação a outra, extremamente corrente, mas que sustenta o contrário dos conceitos clássicos. Segundo Silva (2003, p. 53), formas e situações nos permitem compreender, em termos nacionais, regionais e locais, a valorização da organização sócio-territorial.

5.2 O espaço enriquecido

Em geral, no conjunto das obras, o conceito de território aparece como um espaço controlado e marcado, cuja definição remete ao sentido mais antigo e, durante muito tempo, o sentido mais correntemente veiculado. Assim, o território é “um espaço que corresponde à lógica do Estado com sua exaustividade interna e suas fronteiras externas” (Jacques Lévy, 1999, p. 122). Essas definições são admitidas no sentido de *espaço de medida topográfica*, em que a palavra superfície é utilizada para situar o território no campo dos espaços concretos, isto é, o território é uma medida linear e contínua, não forçosamente uniforme, numa situação espacial dada, que se opõe ao sentido de avaliação topológica das *redes*. Todos os atributos topológicos e topográficos, que dizem respeito aos limites fronteiriços fluidos (ou precisos), parecem vir de um princípio de classificação dos territórios, de acordo com a teoria das redes. Entretanto, considerando o modo de utilização, de organização, de gestão de um indivíduo, de um grupo, de uma organização, parece-nos que o território depende também de certos elementos identificáveis, como o Estado e os indivíduos, que constituem elemento de estudo geográfico.

Sénecal e Bouvier (2001) afirmam que *a geografia contemporânea procura renovar o sentido a ser dado à noção de território, mas ainda se nega a ver o indivíduo como um sujeito autônomo* (p. 109). Para esses autores, o jogo de força que se estabelece nos locais e o aumento do individualismo influenciam fortemente a nova ordem territorial, a saber: a emergência de novas territorialidades e identidades territoriais, pois as redes sociais acentuam as interações ou as relações que unem sujeitos.

Nesta perspectiva, os estudos têm se orientado para uma geografia humanista que descreve o território a partir de atributos afetivos e concretos. Essas tendências possibilitam precisar a regra social de território, assinalando o valor (atributos) que as pessoas dão ao meio particular. Assim, o valor do território é dado pelos atores, a fim de dominar seu território em função de um certo estado preocupado com as relações sociais. Essa prática que procura, hoje em dia, ganhar terreno daria, sob diferentes aspectos, respostas às diferentes questões comunitárias, às diferentes escalas e diversos lugares, às exigências científicas da produção geográfica contemporânea.

A atualização das novas estratégias de compreensão da relação entre sujeitos e território exige um procedimento metodológico que vai do global (macro-análise) ao local (micro-análise), buscando integrar categorias de análise do discurso do residente da comunidade. Essas noções fundamentais de território e de lugar são de natureza lingüística simples e, claramente, espaciais. Definir o território ultrapassa a espacialidade (a extensão, a altura, a profundidade), estabelecendo laços de influência ou de difusão para melhor resgatar a organização e as forças sociais, para melhor controlar as probabilidades e a subjetividade.

Nesse procedimento, é preciso distinguir problemáticas particulares, segundo cada caso particular, e aplicar regras adaptadas. É, então, possível que a palavra *território*, para um tipo de espaço, possa se caracterizar diferentemente. Generalizando, a partir de uma descrição bem ampla do espaço, arriscamos a englobar e a negligenciar uma massa de informações familiares ao imaginário e à memória coletiva. Nessa ótica, a fim de melhor compreendermos a distinção entre o território e o espaço, para estabelecer ligações que levem a uma melhor integração desses termos, apresentamos um quadro síntese dos princípios fundamentais de território, em relação àqueles do espaço geográfico (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 - Os conceitos fundamentais de território em relação aos fundamentos do espaço geográfico

FUNDAMENTOS ESPACIAIS	MESOCONCEITOS	NOÇÕES PRINCIPAIS
FISIOGRÁFICO	Descrição do território em termos de superfície e/ou de "pontos".	Terminologia descritiva das ciências que dão conta dos aspectos físicos ou biofísicos do território. Repertório lógico-matemático espacial da cartografia topológica e topográfica.
INTERFACE NATUREZA/CULTURA	Reconhecimento das estruturas vitais e formas de adaptação no território.	Glossário explicativo das ciências físicas (ex: geologia, geoeestrutura, geossistema), adaptado ao vocabulário explicativo das ciências do homem.
TERRITORIALIDADE	Reconhecimento dos fenômenos biológicos e culturais de pertencimento a um território.	Amostragem de casos que abordem fenômenos de inclusão/exclusão de território. Enfim elementos que se relacionem com a noção de fronteira.
PAISAGEM	Reconhecimento dos fenômenos bioculturais de "percepção" de um território.	Banco midiático que exemplifica formas de paisagens e mecanismos de leitura que estão na interface homem/território.
HABITANTE	Afirmção de um referencial teórico na análise do território que determina o nível inclusivo de análise dos fenômenos espaciais, de acordo com as práticas efetivas da pessoa humana.	Paradigma explicativo do território, ligando-se à noção de homem-habitante e à estratégia de observação da vida cotidiana considerada como um sistema de práticas espaciais.

Continua...

Quadro 5.1 - Os conceitos fundamentais de território em relação aos fundamentos do espaço geográfico

Conclusão

FUNDAMENTOS ESPACIAIS	MESOCONCEITOS	NOÇÕES PRINCIPAIS
ESTRUTURAS ANTROPOLÓGICAS	Reconhecimento das estruturas físicas, biológicas e culturais suscetíveis de ter um papel nas condutas do humano nas relações sociais.	Modelos estruturais “especializados” do homem (ex: à sobrevivida, ao poder,...).
ESTRUTURAS ECONÔMICO-LÓGICAS	Reconhecimento das estruturas culturais cujo fundamento biofísico não pode ser ignorado, que dá conta das relações do homem com as coisas do mundo (bens materiais e imateriais, instituições...).	Modelos estruturais “econômicos” além das explicações relacionistas estritas e exclusivas da economia.
FUNDAMENTOS CRONOSPACIAIS	MESOCONCEITOS	NOÇÕES PRINCIPAIS
DURAÇÃO	Reconhecimento das estruturas ligadas aos mecanismos do escoamento linear e cíclico do tempo.	Modelos funcionais da articulação do espaço e do território e do que está ligado ao nosso passado: cronoespacialidade, duração, memória...
PRESENTE	Reconhecimento das estruturas ligadas à experiência da cotidianidade.	Modelos funcionais das representações de nossa inscrição concreta no tempo: 1973/inflexão da história, crise/não crise, pós-observação, plano...
PROSPECTIVO	Reconhecimento das estruturas ligadas a nossa apresentação do futuro.	Aqueles capazes de dar conta das novas representações de nossa inscrição projetiva no tempo.

De Jean-Paul Ferrrier (1984), adaptado por Natanael Reis Bomfim.



Uma visão psicossocial na interpretação do território

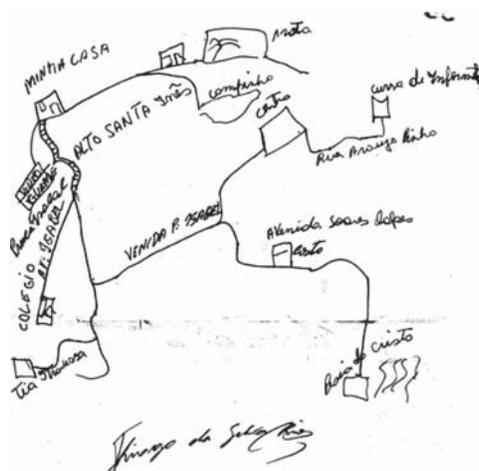
Numerosos são os pedagogos, os geógrafos, os urbanistas que se debruçaram sobre experiências clínicas, baseados na teoria Piaget, para estudar a criança, os jovens e os adolescentes em idade escolar, e também as percepções que eles têm do espaço. Com a ajuda de desenhos representando “a cidade”, “a montanha”, “o bairro” etc., diversos autores visitaram indiretamente o espaço de vida desses sujeitos, demonstrando, em alguns casos, a formação do espaço de vida ou de um território, a riqueza e a complexidade das representações dentro do desenvolvimento da criança.

6.1 O mapa mental

Procurando ilustrar o imaginário, a figura 6.1 representa o desenho ou a imagem de um mundo fechado entre a colina da favela Santa Inês e os lugares de troca na cidade de Ilhéus-Bahia-Brasil: o centro da cidade, da Avenida Soares Lopes à Praia do Cristo (litoral). Esse desenho unidimensional é feito de trajetos tomados cotidianamente a partir da casa do aluno. A noção de altura está integrada na parte superior da folha de papel, superpondo-se ao ponto de origem de seu território, isto é, de sua casa, de onde a experiência de seu meio se difunde para o campinho, a escola, a praia etc.

Esse croqui representa uma visão subjetivamente organizada que poderia ser aprimorada com um horário, com distâncias familiares. Sem dúvida, representa um

Fig. 6.1 - Mapa mental de um bairro de Ilhéus, representado por um aluno de 15 anos (Bomfim, 2004)



canevás essencial, sobre o qual podemos enxertar, progressivamente, dados objetivos quantitativos, gráficos e econômicos.

Nessa estrutura de noções geográficas, cronologicamente, a percepção e outras operações se fundamentam num complexo sistema de assimilação e de acomodação para chegar a uma adaptação satisfatória do meio. Pelo mesmo indivíduo, em períodos diferentes, as representações seriais do mesmo lugar demonstrariam que o espaço de vida (vivido) é uma experiência contínua, integrada ao deslocamento e à dimensão temporal. O tempo, as atividades pessoais e os deslocamentos afetam a aquisição da noção de espaço e de ambiente. Assim, o espaço de vida não é um conjunto acabado e simples que serve, simplesmente, de suporte definitivo; ele se desdobra de acordo com a natureza daqueles que o habitam. É também um espaço de afirmação, de identificação, de história e de significações interpretadas pelos participantes. Se o passado e o presente representam esse espaço de

vida, sua prospectiva está ligada a seus ocupantes.

O espaço é, então, progressivamente estruturado nessas relações e nessas experiências, afirmando o valor que o sujeito atribui ao bairro, à cidade, ao país (André, 1989). Essa relação entre o indivíduo e o espaço se articula entre duas dimensões interdependentes: a espacialidade das estruturas sociais e a sociabilidade das estruturas espaciais (Altman, 1992). É nessa perspectiva que se inscreve este estudo, a construção identitária se operando de acordo com o jogo de relações dinâmicas entre o indivíduo e o ambiente, entre o ocupante e seu território. Parece-nos que esses espaços estão presentes nas representações das pessoas e constituem uma matriz de existência social, uma mediação entre a experiência vivida e as representações construídas por elas.

Lembremos que, no campo da epistemologia das ciências humanas, diversos estudos se sucederam no decorrer dos últimos dez anos, procurando as bases sócio-espaciais necessárias para a construção de diversos conceitos referentes à categoria de espaço, território e lugar. Assim, no âmbito acadêmico, a história, a geografia, a sociologia entre outras, têm enriquecido e ampliado esses conceitos, de forma interdisciplinar. De fato, no ensino-aprendizagem, diversos problemas aparecem, como: descuido pela diversidade regional do país; abandono dos conteúdos fundamentais, aqueles que se referem à organização socioespacial, como os conceitos de nação, paisagem, território e lugar; falta de ligação entre o estudo dos fenômenos sociais e naturais; procura dos conceitos teóricos em vez de métodos de trabalho, a partir dos processos de formação das idéias e das experiências dos alunos. Em suma, sabemos que a nova territorialidade está presente no discurso social. Agora, a pergunta que colocamos é: como os geógrafos percebem o território?

6.2 Territorialidade habitada

No contexto contemporâneo, caracterizado por novos conflitos e tensões, é importante assegurarmos uma compreensão do território a partir dos lugares de vida dos alunos. Essas concepções de *territorialidade habitada* estão presentes no discurso político. De fato, parece-nos que elas ainda não penetraram o discurso e a prática escolar. Inegavelmente, apelando para a consciência coletiva, a estruturação do espaço ambiental exige tomadas de posição ecológicas e sociais, em defesa dos ecossistemas ameaçados. Os oponentes e as contradições surgirão tanto do território como de sua exterioridade; a modificação de práticas tradicionais desastrosas, na exploração do território (desarborização abusiva, culturas de queimadas), atingirá os costumes e as técnicas consolidadas.

A imaginação do território como espaço social ideal gera modelos teóricos portadores de contradições em relação aos modelos vividos. O *stress* ambiental participa da organização territorial; denunciá-lo ultrapassa a informação estrita e se inscreve nos objetivos da educação. A descrição e o conhecimento de um território especificamente ocupado iniciam uma ação, uma modificação de comportamento, um consenso nas decisões coletivas corajosas. Trata-se do sistema de valores, das aspirações já adquiridas. Os produtos, os objetos, os artefatos produzidos por uma sociedade, o testemunho escrito e oral deveriam revelar os princípios e os recursos que moldam o território.

A esse respeito, podemos afirmar que a geografia acadêmica mantém um distanciamento do ensino-aprendizagem e do discurso territorial, servindo-se de referentes não interpretados. O discurso reproduzido nos livros

escolares e a utilização de mapas, considerados como a representação “real” do território exigem habitualmente uma reformulação simbólica familiar no estabelecimento de um elo entre a experiência vivida e um quadro mais formal e inclusivo. Senão, nesse contexto, o território se concebe através dos mapas como um espaço não-ligado, não tendo nenhuma relação com as representações sociais do espaço significativo dos alunos.

6.3 Além dos mapas clássicos

Os primeiros mapas europeus da América são documentos abertamente geopolíticos, que trazem todos os estigmas das manobras territoriais das forças coloniais, para delimitar, dividir e afirmar seu poder sobre os territórios d’além-mar (fig. 3.2). Segundo Bailly e Scariati (1999), alguns mapas apresentam traços de deslocamento e, mesmo, de falsificação das fronteiras para favorecer às respectivas pretensões de cada país.

Assinalamos que, na geografia escolar, esse conceito serve para ser contextualizado, de acordo com a realidade socioespacial vivida. Em compensação, se uma representação é por demais formal e orientada, o mundo perde seu sentido familiar, a aprendizagem geográfica escolar torna-se desligada e o conhecimento geográfico escolar transmite-se como um conhecimento já estabelecido, que é preciso reproduzir. Os geógrafos, com as novas tecnologias, estão prontos para criar junções entre o espaço vivido e os documentos clássicos, produzindo um material a partir da imagem mental espacial primitiva do aluno. É certo, como já demonstramos, que há algum território humano e significativo representado pela linguagem dos mapas, em geral.

Fig. 6.2 - O espaço recortado: uma visão portuguesa do século XVI



Fonte: Portugiesische Karte des sudlichen Atlantique. In dem Miller Atlas, en 1519.

Não é apenas essa mensagem cartográfica, entretanto, que queremos difundir na transmissão da informação histórico-cultural das comunidades pertencentes a um território que engloba o espaço de vida¹⁴ e o espaço percebido. Di Méo (1998) e Berque (1990) tentam valorizar esse conceito, dizendo que o território é um espaço enriquecido pelos sentidos que as sociedades lhes conferem através de suas práticas. Essas práticas são constituídas de gestos cotidianos nos lugares de trabalho, de repouso, de lazer, de troca, e elas têm sido denominadas por diversos autores de “práticas sociais, e espaciais”. Nessa perspectiva, o termo território concorda com os sujeitos

¹⁴ Segundo Gumuchian (1989), a expressão espaço de vida serve também para se referir a espaço vivido.

sociais, e a sua lógica pessoal, com o espaço de vida deles, tecido de relações íntimas, reais ou imaginárias, com os lugares. Isto nos leva a pensar o termo *território*, em suas diversas significações semânticas desdobradas, isto é, no uso de um termo qualificado pela intenção e pelas necessidades daquele que o emprega.

No caso específico do Brasil, o sentimento de pertencimento ao território nacional diria respeito à compreensão da diversidade das culturas que nele vivem e que procuram o reconhecimento de suas especificidades. Assim, podemos justapor as noções de identidade e de território, invocando um espaço comunitário específico, ao mesmo tempo funcional e simbólico, onde algumas práticas e uma memória coletiva, construídas no período, permitiram definir um “Nós” diferenciado e um sentimento de pertencimento. Segundo Jolivet e Léna (2000), essa concepção se adapta a espaços homogêneos de pequenas dimensões:

Na escala superior os Estados Unidos são capazes de engendrar uma ‘paixão específica’ (Max Weber) naqueles que se identificam com sua força, de construir uma cultura nacional e de inscrever a existência de uma comunidade no período (p. 8).

Nessa concepção, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* – PCN (1997) – consideram o *território* como um tema importante para ser estudado na escola. Sua compreensão implica captar a complexidade de viver junto num mesmo espaço com uma diversidade de idéias, de crenças, de sistemas de pensamento e de tradições de povos e etnias que, teoricamente, deveriam se opor.

O termo território-sociedade tem então suas fontes nos lugares, incorporando as características pessoais e os sistemas de valores. Estes têm sua origem nas diferentes

formas de perceber e de constituir o lugar, a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se, então, de apreciarmos um território e sua paisagem como lugar de vida, e de descobrirmos a identidade com aqueles que aí vivem através de suas percepções singulares, adquiridas com seu ambiente, num processo de reconstrução de representação do território e do mundo longínquo. Em suma, o território pode ser traduzido, como o espaço onde as pessoas estabelecem relações afetivas e subjetivas, em lugar de relações racionais e objetivas. Por isto, o estudo de caso e as mensagens midiáticas correspondem à exploração ativa do território ambiental pela informação, para captar o *como* e o *porquê* do vivido.

O território, na história dos homens, sempre foi sagrado e sacralizado. Não representa somente uma fonte administrativa, mas, mais profundamente, o sinal exterior da força e da verdade identitária do grupo, as representações que integram o movimento político no mapa geográfico, sem esquecer as formas modernas de comunicação midiática que, esquematizadas simplificam as reivindicações e reforçam essa mentalização e os comportamentos coletivos, que daí decorrem.

Numa abordagem interdisciplinar, parece-nos que a apresentação do conceito de território origina-se no pertencimento comunitário e no sentimento nacional identitário, servindo de caução para essas *paixões territoriais*, apoiando-se até aqui em prerrogativas econômicas ou em necessidades estratégicas, ou ainda, em princípios de extensão territorial de domínios dinásticos. Nesse tipo de desenvolvimento, o território é, ao mesmo tempo, desejado por si mesmo, pelas riquezas e pelos trunfos, que possui. Simultaneamente, o território é também cobiçado e desejado. De fato, ele aparece como algo indispensável para o desabrochamento das solida-

riedades identitárias que fundam e nutrem o imaginário dos grupos sociais.

O território é um espaço que contém não somente elementos naturais, mas também interações funcionais. Mais precisamente, o território é um espaço estruturado somente por uma única proximidade física. Ou seja, o território global seria um espaço que compreenderia não somente as relações físicas, mas também todas as que determinam o conjunto da vida das empresas, dos casais, dos cidadãos, das pessoas. Com o progresso, a economia global, as interdependências internacionais se misturam doravante, intimamente, com a economia local, produzindo efeitos de retorno, de novas escolhas de consumo e de produção.

As parcerias se recortam e nada impede uma cidade de prosperar em uma região que decaí, desde que essa cidade seja capaz de se inscrever num jogo de relações em grande escala. De fato, na ótica de uma organização, o território real, vivendo uma recessão na periferia, desliza facilmente da desigualdade à exclusão. No que diz respeito à relação entre território e exclusão, parece-nos que o termo *exclusão* toma significações diferentes, de acordo com as respectivas disciplinas, como sociologia, psicologia, economia, direito (social), história, geografia, entre outras. Além disso, um *território* típico condiciona o modo de vida, que pode ser ocasionado por uma migração necessária (condições climáticas, mecanização, conflitos). O deslocamento marginaliza as pessoas, pelo menos temporariamente, pelas diferenças culturais adquiridas em um território rural e passando para um território urbano. Mesmo nesse processo de exclusão, é possível perceber o território como um fator diferencial, no qual o território é visto como uma construção social. Nessa concepção, o termo torna-se polissêmico. Entre-

tanto, segundo Rhein (1997), é nisto que está o risco imanente, porque pode também ser tomado num sentido muito concreto, o do espaço – urbano, rural – delimitado, circunscrito. Pode também ser compreendido como espaço delimitado e administrado. Enfim, pode ser entendido como sinônimo de comunidade definida, como conjunto de pessoas, de casais, vivendo num território dado. É nesse sentido, mais rico aparentemente, que as confusões são totais. Por conseguinte, podemos pensar que existe necessidade de assinalar a problemática da exclusão em relação ao território. Ou seja, que a pesquisa deve precisar a relação entre exclusão social e exclusão territorial. Nesse sentido, as pesquisas de Brun e Rhein (1994) sobre a noção de segregação e seu uso em ciências urbanas, e os trabalhos originais feitos por Mathieu (1997) sobre a exclusão no meio rural, contestam principalmente as teorias sociológicas da escola de Chicago, elaboradas nos anos trinta. Aqueles estudos se baseavam na exclusão social sem considerar a exclusão territorial.

Na interpretação das problemáticas sócio-espaciais, é preciso revisar o conceito de território e analisá-lo a partir das relações necessárias e recíprocas de identidade com o território. Esse procedimento metodológico pede um aprofundamento das abordagens psicológicas e sociais para uma psicossociologia do espaço aplicada ao ensino da geografia. A esse respeito, constatamos que o território habitado constitui um universo, comportando um conteúdo organizado ou um sistema simbólico de opiniões, de crenças, de mitos, de preconceitos, de valores, de idéias, enfim, de conhecimentos.

Observamos que as pessoas (*sujeitos*), como atores *sociogeográficos*, provam uma convicção pessoal, uma certeza de poder identificar, conhecer e julgar sua própria realidade social, tanto quanto seus *lugares re-*

presentativos ou simbólicos. Assim, consideramos esse fenômeno além das premissas materiais, já que todos os lugares são portadores de significação; é desse modo que o território, real ou mítico, é um suporte da expressão identitária. Isso nos permite afirmar que as representações sociais do espaço vivido (construídas pelos indivíduos) são freqüentemente pertinentes a respeito da vida cotidiana; dessa maneira elas estão estreitamente ligadas à responsabilização e à emancipação.

Além disso, essas representações ultrapassam as concepções de homogeneidade das condições ecológicas e sistêmicas atribuídas ao território, aquelas estereotipadas pelo discurso político e midiático. Isso nos permite concluir que o conceito de território é polissêmico, pois se situa na comunidade espacial e apela para as representações, para o imaginário, para o existencial geográfico, para a criação da realidade e do saber e para a retroação significativa de sua imagem.

Nessa concepção, o território difere, nesse aspecto, do espaço geográfico que o suporta; é uma realidade que preexiste ao poder e que o sanciona em seguida. Esse território é primordialmente o resultado de uma atividade social, em seguida política e, finalmente, institucional, pela qual um poder se autoriza. Promover um território é definir, antes de tudo, o problema a ser resolvido, fazer conhecer sua realidade, é apelar para um saber de ordem particular, a fim de legitimar e fazer sancionar, nos textos, poderes estatais e burocráticos, que organizam, tecnicamente, o espaço geográfico.

A realidade do território não é percebida, apenas, pela investigação dos enunciados, mas também pela enunciação que o faz ser, num *dizer* que se articula a um *fazer* (Certeau, 1987, p. 219). Então, é a inteligência humana e sua expressão concreta, isto é, o cientista, o

professor, o político, o profissional, o artesão, o técnico, o cidadão que modelam o território, encerrando o patrimônio e o imaginário coletivo. Os caracteres exemplares, experimentais e excepcionais desses novos territórios surgiram nos bairros urbanos, no espaço político, no espaço público, no espaço comunitário etc.

Assim, o território se configura num lugar por um processo histórico, mais ou menos longo. Ele testemunha múltiplas épocas históricas, a memória visível e invisível, a conquista do lugar pelo ser humano. Ele recorta o bairro como um espaço de concentração, como um espaço público, ou mesmo, como um jardim comunitário (Sénécal e Bouvier, 2001). Amanhã será diferente; os valores e os objetos que o testemunharam, transformados em artefatos serão substituídos, gradualmente, por obras que expressam uma nova civilização. O território se configura; os modelos econômicos, baseados estritamente no pensamento neoliberal do lucro, levam à deterioração, às vezes, definitiva do território. Políticas conscientes, levando em conta o bem-estar social, devem ser aplicadas para prevenir os excessos, a fim de integrar um desenvolvimento comunitário, uma paisagem salubre em harmonia com o *habitat* e suas atividades.



O progresso permeabiliza as fronteiras

Antes de abordarmos os movimentos territoriais especificamente brasileiros e canadenses, um recorte dos acontecimentos históricos comuns às duas Américas facilitará as comparações em grande escala. É incontestável que o progresso e os conhecimentos aumentaram os limites dos territórios e criaram, assim, novos territórios. Historicamente, os países e as colônias das Américas são produtos nacionais relativamente recentes, menos de 500 anos, provenientes das ambições monárquicas e da cultura européia.

A hegemonia colonial européia cobriu uma grande parte do planeta: América, Ásia, África e Oceania. A difusão da civilização européia, com suas idéias, seus escritos, seus produtos, suas técnicas e suas máquinas, já anunciou, pela ocupação de novas terras, a inevitável globalização e mundialização dos mercados. Outro progresso irresistível: o início da revolução industrial do século XIX, que levou à exploração e ao reagrupamento dos trabalhadores nos centros urbanos; os estados deveriam, então, legislar sob a pressão dos grupos populares. Observamos que esses fenômenos, o progresso tecnológico, a comunicação, o comércio, se propagaram, inexoravelmente, a velocidades diferentes, de acordo com as regiões, não importando quais fossem as fronteiras políticas ou culturais.

Estes fenômenos afetam não só os indivíduos, mas também o conjunto das coletividades; as ações de compensação e de regulação aparecem, assim, tanto coletivas

como estatais. A comercialização dos produtos e serviços, a baixo preço e com livre circulação, se infiltram, de forma brusca, nas divisões políticas, ainda mais quando elas são autoritárias. A generalização do processo de mundialização categoriza e equilibra, ao mesmo tempo, os níveis de desenvolvimento; as multinacionais se aproveitam, temporariamente, de novos mercados e de custos baixos de produção, nos países em via de desenvolvimento. Todos os territórios podem ser tocados pela informação e pelo desenvolvimento e os novos dados, em situação perfeita, vão se propagar e influenciar os estados.

7.1 Territorialização comparativa (Canadá-Brasil)

Para valorizarmos o aspecto social do território, propomos um pequeno estudo comparativo, para exemplificarmos as ricas vias da análise regional, a partir de grandes conjuntos nacionais como o Brasil e o Canadá. Aproximar os perfis territoriais brasileiro e canadense oferece analogias tão notáveis que não corremos nenhum risco ao fazê-lo; as vantagens são numerosas para querermos descrever dois países nascidos da descoberta do Novo Mundo. Daí nosso interesse em comentar os perfis da colonização e da colonização territorial, que particularizaram, respectivamente, imensos espaços, aproximadamente, na mesma época (séc. XVI). As principais monarquias européias (Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Itália, Espanha, Portugal...) se interessavam, por razões diversas, pelo continente americano, mas os motivos se recortam de uma forma ou de outra e resultam na exploração de recursos coloniais da maneira mais econômica possível.

7.1.1 As primeiras nações

Os aborígenes ou autóctones não tiveram escolha, tratados, à época, como acidentes de percurso, ou então como aliados ou mão-de-obra barata. Não receberam vantagens significativas, a não ser o inconveniente do encolhimento progressivo dos territórios ancestrais. O modo de vida deles não se limitava aos cadastros dos agrimensores, mas cobriam espaços fluidos, ligados ao nomadismo de subsistência (colheita caça, pesca). Essas tribos antigamente consideradas como desprezíveis, se uniram, a partir daquele momento, contra as ambições territoriais da maioria dos Estados americanos pela ocupação, unificação, exploração dos territórios e escamoteação dos tratados. No Canadá, numa petição comum, as primeiras nações exigiram compensações, que ultrapassariam 2,5 bilhões de dólares canadenses, pelo uso de seus territórios. É certo que os autóctones do Brasil apresentarão também seu acerto de contas.

É preciso observar que a conquista interna dos territórios foi feita numa dupla conjunção: a utilização das populações locais contra as forças de ocupação estrangeiras, ameaçadoras para o colonizador principal, e a utilização dessas mesmas populações locais contra elas próprias. Assim, a formação e a afirmação das culturas locais nasceram a favor dos conflitos de conquista, de acordo com o uso e a definição dos mandatários das regiões. A afirmação das primeiras nações sobrevém com os movimentos de independência, de formação de estados e de democratização. No Canadá, a independência americana e o medo das tentativas de anexação pelos Estados Unidos (Revolução Americana, 1775-1783) forçaram alianças entre ingleses, franceses, ameríndios, assegurando, ao mesmo tempo, uma solidariedade e um respeito à autonomia de cada povo.

7.1.2. Os desafios territoriais

A redemocratização (1984), recente no Brasil, acompanhada de uma explosão demográfica importante (após 1950), leva-nos a crer que as pressões populares vão forçar o Brasil a sair de sua autarquia mandarina e feudal, a fim de realizar seu potencial pleno. Politicamente, o Brasil é uma república federal constitucional¹⁵. O Brasil é formado por 26 estados federativos e um Distrito Federal – Brasília (Ver fig. 7.1).

Fig. 7.1 - Mapa político e administrativo do Brasil



Fonte: Revista *on-line* Guia Internet Brazil, 2006.

¹⁵ A última Constituição data de 5 de outubro de 1988.

A colonização francesa no Brasil, como no Canadá, penetrou o continente a partir do Atlântico, mais particularmente, a partir da região Nordeste do Brasil. Proibir o tráfico marítimo fez nascer, respectivamente, cidades fortalezas como a cidade de Quebec (1608, Canadá) e a de Salvador (1549, Brasil), a partir de pontos comerciais estratégicos na embocadura dos cursos d'água.

Nos dois casos, a descoberta e a exploração interna do continente foram, em parte, trabalho de aventureiros. No Brasil, as Bandeiras, exploradores de metais preciosos e comerciantes de escravos, e, no Canadá, os Caçadores, comerciantes de pele, penetravam as terras, traficando para lucro das aglomerações litorais, a soldo das metrópoles européias. Entretanto a proteção no interior, e os limites territoriais foram surpreendentes, no caso do Brasil e do Canadá, uma vez que esses países não eram, a bem da verdade, poderios militares. Contudo, o Brasil e o Canadá conseguiram preservar a integridade e mesmo aumentar seus territórios.

A fixação das fronteiras políticas parece ser o produto da vontade dos primeiros habitantes para organizar o espaço e aproveitar, assim, fatores que pareciam, no início, inóspitos (clima, distâncias). Portugal, apesar de seu menor poderio, teve a habilidade de manter um tão grande território como o Brasil, com a mesma autoridade e com a mesma língua portuguesa. O tamanho e as exigências da colônia ultrapassavam a capacidade de Portugal, que se contentava, assim, em sorver, do litoral, os recursos (algodão, cacau, açúcar, borracha, café, metais), sem se preocupar com infra-estruturas administrativas e industriais efetivas. Em compensação, devia fazer face às tentativas de conquistas estrangeiras no continente (franceses, espanhóis e holandeses).

A colonização se acelerou, em grande parte, no cen-

tro-sul, no século XVII, frente aos perigos de ocupação de terras portuguesas. A colonização do território brasileiro se fez a partir de 1530, particularmente por causa da presença francesa na América do Sul. A primeira expedição francesa ao Brasil teve lugar em 1503. O objetivo principal era, antes de tudo, levar, para o interior do continente, incursões de prospecção de recursos rapidamente comercializáveis.

Durante esse período de colonização (1530-1550), a principal atividade comercial era o setor de madeira de tintura ou pau-brasil. Essa exploração exigia disponibilidade dos portos marítimos, assim como mão-de-obra essencial, que poderiam assegurar o transporte da madeira. A fim de desalojar os franceses, limitados a algumas parcelas do novo território, Portugal construía também, no litoral, fortes militares, em lugares estratégicos, de onde atacava por mar os ocupantes franceses. Portugal procurava salvaguardar suas terras, associando-se aos autóctones, pela mestiçagem – colonizadores e populações locais.

Os franceses se limitaram a uma colonização, graças a uma rede de localidades fortificadas: por exemplo, à embocadura do estuário principal do Rio de Janeiro. Dessas batalhas, para exploração e posse das terras brasileiras, entre portugueses e franceses, apareceram as primeiras cidades do território brasileiro.

Há uma similitude entre a colonização francesa no Canadá (*Nouvelle-France*), começando no rio Saint-Laurent (Quebec, Montreal), e sua conquista ulterior pelos ingleses. Os portugueses, ao contrário dos franceses e dos ingleses, não viram nenhum inconveniente em se misturar às populações indígenas e negras. Essa atitude, favorecendo a mestiçagem, atenuou os contrastes étnicos, difundindo-se em todas as classes sociais. Essa

mestiçagem das origens coloniais marcou a conquista do território, tanto quanto os motivos econômicos.

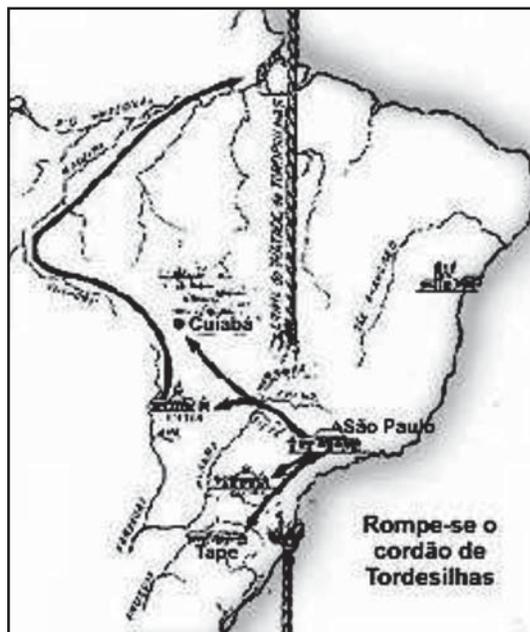
Apesar da concorrência das Antilhas, na agricultura tropical, o espaço agrícola brasileiro prosperou devido a seus solos férteis, vastos e variados. A riqueza dos solos, o clima, a vegetação, a distribuição de bacias hidrográficas foram elementos estratégicos na povoação e ocupação do território.

7.1.3 A contribuição das Bandeiras

As Bandeiras permitiram a penetração do território e o conhecimento do potencial territorial. As Bandeiras levavam expedições para o interior do território, buscando capturar índios para a escravização, trazer metais preciosos e explorar novas estradas para a colonização (ver fig. 7.2). Essas expedições espontâneas de aventureiros e de contratados da Coroa permitiram a Portugal ultrapassar os limites territoriais do Tratado das Tordesilhas (1494), descobrindo novas zonas para exploração e traçando eixos de penetração para o interior. Em suma, a experiência das Bandeiras e o conhecimento geográfico das terras foram estratégicos para a mestiçagem, a fundação das cidades, o estabelecimento de entrepostos, o comércio de mão-de-obra “escravo/índio” e a mineração. Eles sustentaram a colonização, daí os diferentes ciclos do algodão, açúcar, cacau, sisal etc.

A maior parte das expedições aconteceram ou na região de São Paulo ou no centro-sul do país, mais favorável à captura dos índios para a escravização. Essas expedições penetraram nos espaços colonizados pelos espanhóis, até o extremo sul do Brasil e o atual território

Fig. 7.2 - A contribuição das Bandeiras



Fonte: Revista *on-line* Tecnologia de mestre, escola virtual.

do Paraguai e da Argentina, aumentando, na mesma ocasião, os limites territoriais do Tratado de Tordesilhas.

7.1.4 A contribuição dos caçadores e dos mestiços no Canadá

Tradicionalmente, o caçador fazia o comércio de pele, percorrendo o Canadá, como aventureiro, e mantinha boas relações com os índios (Lapierre L., 1992, p. 118-140). Houve mestiçagem até no oeste, entre os caçadores e os autóctones, os mestiços seriam, então, antes caçadores do que agricultores, praticando um tipo

de nomadismo no conjunto das pradarias canadenses, ocupadas pelas três províncias atuais (Manitoba, Saskatchewan, Alberta)¹⁶. Paralelamente à exterminação dos bisões, fonte de sobrevivência dos autóctones da América do Norte, os mestiços procuraram se fixar e obter terras já cobiçadas pelos novos migrantes do este (brancos e anglo-saxões).

Eles tentaram, então, obter direitos legais sobre as terras da Coroa, que tinham acabado de ser compradas da Companhia da Baía de Hudson que possuía o monopólio do comércio de peles no norte e no nordeste, e formar uma comunidade autônoma. Pelo fato de os mestiços falarem francês, o governo anglo-canadense temia, por isso, uma divisão do território canadense e uma anexação desse território aos Estados Unidos. Submetidos à indiferença do governo Macdonald (1870) em reconhecer seus direitos territoriais, os mestiços fizeram então uma campanha de oposição (guerrilhas) contra os novos recém-chegados brancos, que tentavam se fixar nessas mesmas terras. Contudo esse movimento é rapidamente reprimido pelas autoridades federais. A colonização do oeste canadense era, sobretudo, uma decisão política e econômica (figuras 7.3 e 7.4).

A estrada de ferro transcontinental, do oceano Atlântico ao oceano Pacífico, abria o oeste canadense (ver foto 7.4) para a imigração (menonitas, islandeses, ucranianos, poloneses, escoceses, alemães) dos países do centro e do norte da Europa. Entretanto as ameaças dos mestiços fez o governo canadense ficar mais preocupado com os povos

¹⁶ O Canadá é uma federação com dois escalões governamentais: um federal e outro provincial (11 províncias e dois territórios).

Fig. 7.3 - Colonização do território Canadense em 1873



Fonte: Revista Le Canadá, Histoire de la constitution: expansion territoriale, adaptado pelo autor, 2006.

Fig. 7.4 - Coloniza o do território Canadense em 1905



Fonte: Revista Le Canadá, Histoire de la constitution: expansion territoriale em 1905.

fundadores, dando mais autonomia às províncias (língua, cultura, jurisdições administrativas). A fixação das populações (para consolidar o território) foi para o Canadá, como para o Sudeste do Brasil, uma estratégia de imigração (alemães, japoneses, italianos etc.).

Foto 7.1 - Locomotiva 5068 da estrada de ferro Transcontinental do Canadá Pacífico



Fonte: Arquivo Nacional do Canadá – PA – 143158, Local Leancoil, 1913 Canadá.

7.2 O Brasil às portas do equilíbrio social

O Brasil antigo (Nordeste, Bahia) e o Brasil mais industrial e contemporâneo (Sudeste, São Paulo) exprimem o dualismo da miséria negra e a grandiosa riqueza branca. Brasília, a capital federal, já é um vestígio, sendo um completo símbolo da penetração pioneira em direção ao oeste, pelos novos recém-chegados e que continuam a se espalhar com impetuosidade, reproduzindo as problemáticas sociais das outras cidades brasileiras e escamo-

teando o caráter simbólico da cidade (cidade da mudança, da renovação, do futuro).

Comparar o Canadá e o Brasil significa falar em dois níveis de desenvolvimento; o Brasil, em via de desenvolvimento, e o Canadá, já bem posicionado entre os países desenvolvidos. O Brasil com uma população de aproximadamente 177 milhões, em 2003, cerca de aproximadamente cinco vezes mais importante que a do Canadá (32 milhões). Portanto, sua riqueza coletiva (PIB) é 6,7 vezes menor por habitante. Apesar de tudo, o Brasil conhece uma explosão demográfica sem precedente e sua taxa de natalidade se mantém bastante elevada, aproximadamente três vezes mais que no Canadá. O Brasil cobre uma superfície (8,5 milhões de km²), equivalente à do Canadá (9,9 milhões de km²). Isto é interessante, a superfície e o potencial bruto (recursos naturais) não aparecem, necessariamente, como fatores suficientes para o desenvolvimento. Sobretudo quando consideramos o dinamismo econômico de países de pequeno porte (Japão, Suécia, Suíça etc.).

Com o desenvolvimento dos transportes e das comunicações, o desenvolvimento de um país depende mais da qualidade de sua organização social do que do recurso físico? Com um capital humano hipotético de 30% ou mais de analfabetos, o Brasil dificilmente poderá chegar à classe de nação desenvolvida; apenas uma parte da população contribui e, tradicionalmente, a outra porção está condicionada a viver pobremente.

O Brasil apresenta um caso de desarticulação econômica entre algumas regiões muito desenvolvidas (sudeste), avizinhandose de regiões (nordeste) pobres. O sudeste atingiu uma forma de industrialização moderna, as populações do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte se multiplicaram por 6, a partir dos anos 50. O oeste pio-

neiro da Amazônia, a região do rio São Francisco, o sul abrem-se, como portas para um futuro melhor, considerando-se o rico potencial desses espaços.

A mundialização pesa sobre o sistema bancário, que se arrisca em falsas altas e baixas, como, na Argentina, onde as reservas monetárias já limitadas, são compensadas por taxas de juros usurárias. O Estado sofre de um sub-financiamento crônico (dificuldade em recuperar os juros) e suporta um exército de burocratas, onipresente e incontornável. Os regimes autoritários e militares deixaram traços arquiteturais tanto espetaculares quanto os da colonização. O melhor está por vir para a maioria dos brasileiros que desejam participar da riqueza coletiva? Ao contrário do Canadá, o Brasil não se abre para o Pacífico, para alcançar o imenso mercado asiático. O fluxo comercial deve transitar, teoricamente, ou para o Peru ou para o Chile. O oeste brasileiro alimenta o imaginário, tanto o nacional quanto o internacional.

Os casos do Brasil e do Canadá nos parecem esclarecedores. A estrutura monárquica e feudal liberal de territorialidade fragmentou, em seu benefício, a maior parte das entidades espaciais no mundo e serviu, de maneira ultrajante, de pretexto para a dominação e ocupação do espaço rural. O Brasil possui as grandes propriedades (latifúndios) da região do sertão, região periférica semi-árida do rio São Francisco. A ocupação do território no Canadá oferece similitudes físicas e históricas com o Brasil. Por exemplo, grande extensão territorial, que implica na imposição necessária de desenvolver vias de acesso e fluxos (construção de vias férreas, de estradas) e vencer os obstáculos marcados pelo processo de colonização.

O recorte das novas atividades de desenvolvimento, opondo-se às mais antigas especificidades daqueles nativos, criou tensões que persistem nas definições jurídicas

dos territórios e nas superposições culturais (lingüísticas, técnicas, valores). Ainda que se tratasse dos territórios de caça e pesca, dos parques e da valorização dos recursos florestais, hidroelétricos, minerais, esses temas nutririam as animosidades reatadas, intimamente, na ocupação do espaço territorial.



Considerações finais

8.1 Alguns princípios de formação de comunidades territoriais

Como exposto nos capítulos precedentes, os territórios se organizam segundo processos sistêmicos, tanto exógenos quanto endógenos, e isso, a partir de fatores, às vezes, identificados como estatais, políticos, econômicos, culturais, etológicos etc... Essas variáveis agiam também como mecanismos de classificação e de crença. Entretanto, a natureza da ocupação do território revela também processos de identificação, de afiliação, de ligação que asseguram a solidariedade e a coesão no seio do território. Esse segundo aspecto levanta a assunção das forças internas e psicossociais que animam o território e sobre as quais os capítulos precedentes insistiram particularmente.

Entre outros exemplos, podemos citar os mecanismos do processo de desenvolvimento urbano. As pessoas selecionam lugares, reagrupam-se de acordo com a escolha oportuna e, inicialmente, a taxa de riqueza permite reagrupamentos economicamente homogêneos. No tecido urbano, há um princípio de classificação social segundo os rendimentos. A proximidade dos bens e serviços, o preço dos terrenos e dos imóveis (aluguéis) são forçosamente fatores de distribuição e de divisão. Os lugares mais bem avaliados formam, respectivamente, bairros específicos com comportamentos sociais análogos. Se o

rendimento aumenta para um indivíduo ou um grupo, esse aumento vai desencadear um processo de migração do indivíduo (ou do grupo) para um bairro mais *chic*.

Todavia essas causas de migração e de escolhas territoriais não atingem somente os recém-chegados: outras causas se cruzam, e podem ser de ordem cultural, étnica, religiosa, profissional etc. Essas causas exigem uma análise mais sofisticada que se diferencia da pesquisa exclusivamente normativa e numérica, que não leva, necessariamente, em conta a opinião do sujeito.

8.2 Território social como campo de exploração geográfica

Como objeto de análise, os territórios se prestam a métodos heurísticos, correntemente aceitas na pesquisa como objeto de investigações, de memórias, e isso, através do estudo de caso de entidades suficientemente homogêneas. A problemática e a amostragem representam, às vezes, elementos raros e, ao mesmo tempo, por sorte ou por azar, os problemas sociais pululam em nosso planeta; os territórios que os conservam também são inumeráveis.

Esses sistemas psicossociais, para o geógrafo, especialista em qualificação e medida dos fenômenos espaciais e sua representação, aparecem como campos de exploração conceitualmente muito densos. Se bem que não mencionemos usualmente a geografia como sendo estritamente uma atividade indutiva, o material de investigação, que é a territorialidade, para ser bem avaliada, requer abordagens que se alimentem tanto das ciências naturais, quanto das ciências humanas.

8.3 Os instrumentos de recenseamento

O debate científico, recaindo sobre a territorialidade, solicita toda uma gama de atividades heurísticas consideráveis, porque engloba os ecossistemas. A comunicação, a exploração, a observação, a classificação, a organização, a avaliação dos dados ultrapassam, de muito, uma simples descrição de critérios e esboçam as hipóteses e a solução do problema. Aquele que estuda um território social específico, participa ativamente; ele se engaja numa tomada de consciência, que leva, idealmente, para orientações, para decisões e, finalmente, para ações.

Na avaliação de uma problemática (ou na qualificação de um ambiente), o relacionamento, a variância e a correlação dos fenômenos a serem analisados se manifestam como essenciais. Os graus de exclusão, de pobreza, de violência, de democracia, de educação são apenas puras especulações, a menos que uma escala correspondente às unidades, já qualificadas e normalizadas, possa distingui-los.

Uma escala de avaliação, baseada em padrões de qualidade, como o modo de vida, utilizando, exclusivamente, o produto interno bruto nacional como critério, parece-nos fornecer um indicador incompleto, que deve ser acompanhado de uma lista de critérios (necessidades-satisfações) mais longa e elaborada. Essa lista deveria permitir exprimir a opinião da própria comunidade, para evitar medir interesses e óticas de grupos estrangeiros (empresários, políticos).

8.4 Técnicas de grupos

Entrar em comunicação e partilhar com os ocupantes das favelas, com os autóctones, com os grupos de tra-

balhadores, com as comunidades, em geral, favorecem a criação de instrumentos de intervenção mais adaptados à noção de território social. O território é um mundo, e cada pessoa que o ocupa defende uma definição pessoal e subjetiva de um mundo passado, presente, futuro. No tratamento dos dados, o cruzamento, a comparação e a classificação das opiniões deveriam orientar os julgamentos para um consenso comum. Graças ao refinamento das novas técnicas de medida de grupos em ciências, é possível cercar consensos coletivos mais amplos e mais objetivos. Entrar em discussões sobre os métodos de entrevista ou de investigação extravasa as intenções da presente obra de iniciação à territorialização.

8.5 Observações teóricas sobre a formação dos territórios

As observações seguintes são pistas teóricas sobre o reconhecimento das numerosas forças que animam a ocupação do espaço, enquanto considerarmos as pessoas e os grupos cujo comportamento é altamente dirigido para fatores como a sobrevivência, a ambição, a curiosidade etc. Evidentemente, toda a realidade humana leva a uma compreensão muito mais ampla que a da lista de observações que se segue, pois não é uma lista exaustiva, nem um produto definitivo, completo, justificado, medido.

- O território levanta interesses conflituosos.
- O território só existe na perspectiva daquele que o ocupa.
- Os interesses monárquicos, econômicos, políticos impõem e ocasionam majoritariamente deslocamentos não-conscientes e involuntários.

- O modo de vida se molda segundo o espaço, o tempo e as necessidades.
- Os habitantes de um lugar têm uma percepção particular do lugar que eles ocupam.
- O elo de pertencimento orienta e particulariza o desenvolvimento de um território.
- A escala espacial e os recursos naturais não são determinantes exclusivos de emancipação territorial.
- Os mapas e as representações espaciais são abstrações num meio, dentro de um tempo e em condições dadas.
- As fronteiras políticas mascaram artificialmente a realidade territorial.
- O meio físico limita temporariamente a extensão territorial.
- A informação alimenta o dinamismo regional, chegando mesmo a criar o território.
- A urbanização cria mecanismos de escala demográficos freqüentemente incompatíveis com a qualidade de vida ambiente.
- O desenvolvimento durável se fundamenta principalmente em fatores internos em relação ao território (psicossocial).
- Os migrantes transportam sua cultura e o modo de vida de seu antigo território (trazem as marcas do antigo patrimônio).
- A língua, a religião, a cor da pele, a profissão, a riqueza são alguns dos fatores tanto de exclusão quanto de fixação (inserção) territoriais.
- O progresso permeabiliza as fronteiras como fator de integração cultural, alarga os limites dos territórios e cria novos territórios.

- As convicções, as crenças, os sentimentos, as atitudes formam territórios especificamente virtuais, mas sempre com possibilidade de se concretizar.
- A existência humana se inscreve necessária e essencialmente num território. Assim, o território, o espaço vivido constitui efetivamente uma matriz de existência social, uma mediação entre experiências vividas, relações sociais e representações construídas por indivíduos.

BIBLIOGRAFIA

Altman, I. (1992). A transactional perspective on transitions to new environments. *Environment and behaviour*, v. 24 (2), p. 268-280.

Alvarenga, A. et A. Maltcheff (1980). L'espace social, nouveau paradigme? *Espaces e sociétés*, n. 34-35, p. 47-73, juillet-décembre.

André, Y. (1989). *Lire et dire l'espace*: l'utilisation des représentations pour un apprentissage à la lecture et à la maîtrise de l'espace. In: J.-P. Guérin (Dir.). *Représenter l'espace*: l'imaginaire spatial à l'école. Paris: Anthropos- Economica. p. 125-140.

Anzieu, D. (1985). *Le moi-peau*. Paris: Dunod. (Coll. Pschismes).

Bailly, A. et Scariati R. (1999). *Voyage en géographie*. Paris: Anthropos-Economica.

Balligand, J.-P. et Maquart, D.(1990). *La fin du territoire jacobin*. Paris: Albin Michel.

Barel, Y. (1986). Le sociale et ses territoires. In: F. Auriac et Brunet, R. (Dir.). *Espaces jeux et enjeux*. Paris: Fayard, Fondation Diderot. p. 119-139.

Barret, Ch. *et al.* (2000). *Dictionnaire de géographie humaine*. Paris: LIRIS.

Bédard, M. (2003). *Le paysage comme caractéristique identitaire*. Article de Francine Saint-Laurent, L'UQAM, p. 5.

Beniamino, M. et Roche, Daniel-Rolland. Littérature, histoire, civilisation. In: *Le territoire: études sur l'espace humain*. Saint-Denis: Université de La Réunion. p. 91-110.

Berdoulay, V. et Entrinik, J.N. (1998). Lieu et sujet: Perspectives théoriques. *L'espace géographique*, n. 2, p. 111-121.

Berque, A. (1990). *Médiance, de milieux en paysages*. France: Reclus.

Blulier, A. J. (1986). Le territoire: études sur l'espace humain, littérature, histoire, civilisation. Espaces et territoire sud-africains. *Cahiers du Centre de Recherches littéraires et historiques*, 3, p. 5-6.

Bomfim, N. R. (2000). Uma abordagem interdisciplinar do espaço. *Revista Ciência Geográfica*, v. I, n. 15, p. 60-61.

_____. (2003). *La représentation sociale de l'espace et l'enseignement/apprentissage de la géographie scolaire: le cas des élèves « favelados » d'une ville au nord-est du Brésil*. Tese de Doutorado, Montreal, Canadá.

Bomfim, N. R. (2004). As representações sociais do espaço a serviço da geografia escolar. *Revista Ciência Geográfica*, v. I, n. 15, p. 252-253.

BOMFIM, N. R. (2005). O conceito de patrimônio numa perspectiva multidisciplinar: contribuições para uma mudança de enfoque. *Revista Turismo & Desenvolvimento*. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 27-35.

Bomfim, N. R. Uma perspectiva educacional da relação entre cultura e ambiente. Comunicação apresentada no Encontro de Geografia da UNICSUL, *Território, Sociedade e Meio Ambiente*, São Paulo, 2006.

- Brun, J. et Rhein, C. (1994). *La ségrégation dans la ville*. Paris: L´Harmattan.
- Di Méo, G. (1998). *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan.
- Engel, J. M. As comissões brasileiras demarcadoras de limites: breve notícia histórica. Acesso em: 22.05.2006, <http://www.info.lncc.br/wrmkkk/cbdls.html>.
- Escola Virtual, Tecnologia de Mestre. Acesso em 22.05.2006, www.escola.virtual.com.br.
- Eysseryc, P. et Leverbe, S. (1997). *Le lieu, territoire de demain ?* accès [en ligne] <http://.cybergeopresse.fr/essoc/texte/serge.htm>.
- Ferrier, J.-P. (1984). *La géographie, ça sert d'abord à parler du territoire, ou le métier des géographes*. France: Édisud.
- _____. (1998). *Le contrat géographique ou l'habitation durable des territoires*. Paris: Payot Lausanne.
- Fijalkow, Y. (2002). *Sociologie de la ville*. Paris: La Découverte & Syros.
- Fischer, G.N.(1981). *Psychologie de l'espace*. Paris: PUF.
- _____. (1992). *Psychologie sociale de l'environnement*. Toulouse: Privat.
- Freire P. (2001). *Política e Educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (2003). *Pedagogia da Autonomia, saberes necessários à prática educativa*. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra.

- Frémont, A. (1976). *La région, espace vécu*. Paris: PUF.
- Frémont, A. et al. (1984). *Géographie sociale*. Paris, New York, Barcelone, Milan, Mexico, São Paulo: Masson.
- Goutagny, P. (1997). *Le monde du géographe*. In: Retaillé, D. (Dir.). Paris: Presse des Sciences.
- Gumuchian, H. (1985). Les représentations en géographie et la recherche « opérationnelle »: l'isolement dans les communes rurales d'altitude de la région rhône-alpes. In: J.-P. Guérin et H. Gumuchian (Dir.). *Actes du colloque 1985 de l'Institut de Géographie Alpine : Les représentations en actes*. Grenoble: Université Scientifique et Médicale de Grenoble. p. 163-166.
- Gumuchian, H. et al. (1989). Les représentations en géographie définitions, méthodes et outils. In: J.-P. Guérin (Dir.) *Représenter l'espace: l'imaginaire spatial à l'école*. Paris: Anthropos- Economica. p. 29-42.
- Hiernaux-Nicolas, D. (2001). La mondialisation et le territoire: la vision du géographe. In: S. Laurin, Juan-Luis Klein et C. Tardif (Dir.). *Géographie et société*. St-Foy (Quebec): PUQ. p.43-60.
- Jolivet M-J.et Léna P. (2000). Des territoires aux identités. In: M-J. Jolivet et P. Léna (Dir.). *Logiques identitaires, logiques territoriales*. IRD: L'Aube. p.6-15.
- Klein, J.-L. et Laurin, S. (1998). *L'éducation géographique. Formation du citoyen et conscience territoriale*. St-Foy: PUQ.
- Lacoste, Y. (1991). *De la géopolitique, frontières et limites*. Paris: Centre George Pompidou.

Lajarge, R. et Roux, Emmanuel (2000). Territoires de projet et projets d'acteurs: La complexité nécessaire. In: *ENS Géophile, Journée d'études du 27 avril 2000, Les territoires locaux construits par les acteurs.*

Lapierre L., (1992). *Canada my Canada What Happened ?* Toronto: McClelland & Stewart Inc.

Lévy, J.-P. (1999). *Le tournant géographique: penser l'espace pour lire le monde.* Paris: Belin.

Lowy, P. (1978). *Géographie de la Médina de Tunis.* Caen: Université.

Mathieu., N. (1997). *Pour une nouvelle approche spatiale de l'exclusion sociale.* [en ligne], accès : <http://www.cybergeopresse.fr/revgeo/ptchaud/mathieu.htm>.

Mesquita, A. et Brandão, C. R. (1995). *Territórios do cotidiano uma introdução a novos olhares e experiências.* Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/EDUNISC.

Mesquita., Z. (1998). Ações integradas de gerenciamento: experimentando uma política de compromisso com a cidadania. In: R. Fachin et A. Shalat (Dir.). *Governo Municipal da América Latina: inovações e perplexidade.* Porto Alegre: Editora Sulina. p. 199-115.

Ministério de Educação e Cultura (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais.* História e geografia no ensino fundamental. Brasília-DF.

Moraes Carlos E. (1998). Tendências da Educação Ambiental Brasileira, EUNISC (35-54). In: Oliveira Noal *et al.* *Tendências da Educação Ambiental Brasileira.*

Parazelli, M. (1995). L'espace dans la formation d'un potentiel de socialisation chez les jeunes de la rue: assises théoriques. *Les cahiers de géographie du Québec*, v.39 (107), p. 187-308.

_____. (1997). *Pratiques de socialisation marginalisée et espace urbain: le cas de jeunes de la rue de Montréal (1985-1995)*. Thèse de doctorat en études urbaines inédite, Montréal: UQAM.

Piaget, J. (1928). *La représentation du monde chez l'enfant*. France: PUF.

Piaget, J. (1964). *La formation du symbole chez l'enfant: imitation, jeu et rêve, image et représentation*. Suisse: Delachaux et Niestlé.

_____. (1989). *Le langage et la pensée chez l'enfant*. Paris: Colin.

_____. et Inhelder, B. (1966). *L'image mentale chez l'enfant: étude sur le développement des représentations imagées*. France: PUF.

_____. et Inhelder, B. (1948). *La représentation de l'espace chez l'enfant*. France: PUF.

Racault, J.-M. (1986). Le territoire: études sur l'espace humain, littérature, histoire, civilisation. *Cahiers du centre de recherches littéraires et historiques*. Sorbonne, (3), p. 5-6.

Raffestin, C. (1986). Écogenèse territoriale et territorialité. In: F. Auriac et R. Brunet (Dir.). *Espaces jeux et enjeux*. Paris : Fayard, Fondation Diderot. p. 173-185.

_____. et Turco, A. (1984). Espace et pouvoir. In: A. Bailly (Dir.). *Espace et pouvoir*. Paris: Masson. p. 45-50.

Reclus, É. (1998). *L'homme et la terre: introduction et choix des textes* Béatrice Giblin. Paris: La Découverte.

Rego C. T. (2001) *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da Educação*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.

Reynaud, A. (1981). La géographie, science sociale. *Travaux de l'Institut de géographie de Reims*, (49), p. 164.

_____. (1981). *Société, espace et justice*. Paris: PUF.

Rioux, L. (1997). *Espace et identité : la territorialité chez les gens du voyage*. Ubulletin de Psychologie, t. L, (428), p. 136-143.

Santos, M. (1997). *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.

Schilder, P. (1974). Psychanalyse de l'espace. *Nouvelle Revue de Psychanalyse* (9), p. 23-28.

Sénécal, G. et Bouvier, N. (2001). L'environnement sous le signe du sujet : aspects des territoires en devenir. In : S. Laurin, Juan-Luis Klein et C. Tardif (Dir.). *Géographie et société*. St-Foy (Quebec). PUQ. p. 109-122.

Silva, S.B. de M. e. (2006). Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. In: Silva, S.B. de M. e; Silva, B.C.N. *Estudo sobre Globalização, Território e Bahia*. 2. ed. Salvador: UFBA, Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia.

Théry H. (1995). *Pouvoir et territoire au Brésil, de l'archipel au continent*. Paris: Ed. de la Maison de l'Homme,

Thual, F. (1999). *Le désir de territoire*. Paris: Ellipses.

Tuan., Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Veltz, P. (1994). *Des territoires pour apprendre et innover*. France: Editions de l'Aube.

VIDAL, Laurent. (2000). La présence française dans le Brésil colonial au XVI^e siècle. *Cahiers des Amériques Latines*, IHE-AL, n. 34, p. 17-38.

Winnicott, D.W. (1975). *Jeu et réalité: l'espace potentiel*. Paris: Gallimard.



ISBN 978-85-7455-154-8



9 788574 551548